



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - [www.tjam.jus.br](http://www.tjam.jus.br)

## EDITAL DE LICITAÇÃO - PE - TJ/AM/SECOP/COLIC

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 040/2023 - TJAM

**Objeto:** Contratação de pessoa jurídica especializada em patologias em estruturas de concreto para prestação de Serviços de Engenharia Diagnóstica, englobando a realização de levantamentos, inspeções, prospecções, elaboração de Laudo Técnico e de projeto de recuperação concernentes às patologias estruturais do Fórum Ministro Henoch Reis localizado na Av. Paraíba, s/n - São Francisco, Manaus - AM, incluindo mão-de-obra, inclusive todo EPI (equipamento de proteção individual), ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários à execução dos serviços, nos termos e condições estabelecidos no Termo de Referência.

**Sistema de Registro de Preços?** ( ) Sim ( X ) Não

**Valor Total Estimado: R\$ 107.678,35** (cento e sete mil, seiscentos e setenta e oito reais e trinta e cinco centavos).

**Data de divulgação do Edital: 01/09/2023**

Início do cadastramento eletrônico de propostas.

Divulgação do Pregão, mediante aviso publicado no Diário de Justiça Eletrônico e nos sítios eletrônicos: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e [www.tjam.jus.br](http://www.tjam.jus.br)

**Data de abertura: 19/09/2023, às 10h00 (Horário de Brasília)**

No sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) UASG: 925866

**Licitação Exclusiva ME/EPP?**

( ) Sim ( X ) Não

**Há Itens Exclusivos ME/EPP e/ou Reserva de cota ME/EPP?**

( ) Sim ( X ) Não

**Decreto 7.174/10?**

( ) Sim ( X ) Não

**Margem de preferência?**

( ) Sim ( X ) Não

**Vistoria?**

( ) Obrigatória ( X ) Facultativa ( ) Não se aplica  
Veja Anexo nº I do Termo de Referência  
Telefone para contato: (092) 3303-5248 e (092) 3303-5247

**Amostra/ Catálogo?**

( ) Sim ( X ) Não

**Pedidos de esclarecimentos**

Até 14/09/2023 às 15 h (Horário de Brasília)  
exclusivamente pelo e-mail [colic@tjam.jus.br](mailto:colic@tjam.jus.br)

**Impugnação**

Até 14/09/2023 às 15 h (Horário de Brasília)  
exclusivamente pelo e-mail [colic@tjam.jus.br](mailto:colic@tjam.jus.br)

#### Informações Adicionais

Exclusivamente pelo e-mail [colic@tjam.jus.br](mailto:colic@tjam.jus.br)

**Endereço:**

Av. André Araújo, s/nº, Aleixo  
Manaus/AM  
CEP: 69060-000

Todas as referências de tempo contidas neste Edital observarão o horário de Brasília-DF.

Todos os documentos a serem encaminhados eletronicamente deverão ser configurados, preferencialmente, nos seguintes formatos: Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF), Word (extensão .DOC ou .DOCX), Excel (extensão

.XLS ou .XLSX), podendo ainda ser processados por compactação nos formatos ZIP (extensão .ZIP) ou RAR (extensão .RAR).

Telefone em caso de dúvidas ou problemas técnicos relacionados à utilização do Portal de Compras do Governo Federal: 0800-978-9001.

Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do Tribunal de Justiça do Amazonas pelo endereço [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) selecionando as opções Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG “925866”. O Edital está disponível para download nos endereços [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e [www.tjam.jus.br](http://www.tjam.jus.br) (<https://www.tjam.jus.br/index.php/documentos-licitacao/editais-avisos-erratas-e-docs/licitacoes-2023>).

O **Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas**, por sua Presidente, informa a designação de pregoeiro, pela Portaria n.º 09/2023, de 3 de janeiro de 2023, e comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme **Processo Administrativo n.º 2023/000011062-00**, nos termos da Lei Nacional n.º 10.520/02; da Lei Complementar n.º 123/06; do Decreto n.º 3.555/00; do Decreto n.º 10.024/19; Resolução n.º 025/2019 TJ-AM, do Decreto do Estado do Amazonas n.º 28.182/2008, no que couber; da Lei n.º 8.666/93 e das demais cláusulas e condições constantes neste edital e seus anexos.

## **CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO**

1.1 – A presente licitação tem por objeto a Contratação de pessoa jurídica especializada em patologias em estruturas de concreto para prestação de Serviços de Engenharia Diagnóstica, englobando a realização de levantamentos, inspeções, prospecções, elaboração de Laudo Técnico e de projeto de recuperação concernentes às patologias estruturais do Fórum Ministro Henoch Reis localizado na Av. Paraíba, s/n - São Francisco, Manaus - AM, incluindo mão-de-obra, inclusive todo EPI (equipamento de proteção individual), ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários à execução dos serviços, para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência deste edital.

1.2 – Prevalecerão as especificações e/ou condições do objeto estabelecidas neste edital quando existir diferença em relação à descrita no Comprasgov.

## **CLÁUSULA SEGUNDA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

2.1 – A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 107.678,35** (cento e sete mil, seiscentos e setenta e oito reais e trinta e cinco centavos), conforme Termo de Referência, e será custeada pelo orçamento do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, Evento 200084, Unidade Orçamentária 04703, Programa de Trabalho 02061329014750011, Fonte de Recurso 275920100000 e Natureza da Despesa 449051.

## **CLÁUSULA TERCEIRA DAS COMUNICAÇÕES**

3.1 – A comunicação, durante o certame, das Licitantes e a Coordenadoria de Licitação (COLIC), será realizada exclusivamente pelo sistema Comprasgov ou através do e-mail [colic@tjam.jus.br](mailto:colic@tjam.jus.br).

3.2 – Quando necessário, a COLIC publicará Comunicados atinentes ao andamento do certame no sistema Comprasgov e no site deste Poder, no campo “Licitações” e no quadro de avisos situado no átrio do Centro Administrativo Des. José de Jesus Ferreira Lopes, na Av. André Araújo, s/n, Aleixo, Manaus/AM, CEP.: 69060-000.

## **CLÁUSULA QUARTA DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

4.1 – Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, a encerrar em 14/09/2023, às 15h (horário de Brasília/DF), qualquer pessoa poderá **impugnar** o ato convocatório deste pregão mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, *caput*, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação da Impugnante (CPF/CNPJ), a ser enviada para o endereço eletrônico [colic@tjam.jus.br](mailto:colic@tjam.jus.br).

4.2 – O **pedido de esclarecimento**, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, *caput*, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Interessado (CPF/CNPJ), deve ser enviado ao(à) pregoeiro(a), em até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, a encerrar em 14/09/2023, às 15h (horário de Brasília/DF), para o endereço eletrônico [colic@tjam.jus.br](mailto:colic@tjam.jus.br).

4.3 – O(A) pregoeiro(a), auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a petição no prazo de 02 (dois) dias úteis.

4.3.1 – A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

4.4 – Acolhidos os argumentos da(s) petição(ões) das cláusulas 4.1 e 4.2, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.5 – As impugnações, esclarecimentos, bem como as devidas respostas serão disponibilizadas no sistema eletrônico (Comprasgov) e no *site* oficial do TJAM ([http://www.tjam.jus.br/index.php?option=com\\_docman&Itemid=659](http://www.tjam.jus.br/index.php?option=com_docman&Itemid=659)).

## CLÁUSULA QUINTA

### DO CREDENCIAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 – A sessão deste pregão será pública e realizada na data, horário e endereço eletrônico indicado.

5.2 – O credenciamento será realizado junto ao sistema Comprasgov, através do site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

5.2.1 – Poderão participar deste pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e perante o sistema eletrônico (Comprasgov) provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), por meio do sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

5.2.2 – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

5.2.3 – O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação (TJAM) responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.3 – Não poderá participar desta licitação:

- a) empresa suspensa de participar de licitação e/ou impedida de contratar com qualquer órgão da Administração Pública, durante o prazo da sanção aplicada;
- b) empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, consoante art. 87, IV, da Lei 8.666/93;
- c) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no país;
- d) empresa que esteja em regime de falência;
- e) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico comum;
- f) quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3.1 – As vedações dispostas nas alíneas “a” e “b” serão consultadas na Etapa de Aceitabilidade das Propostas de Preços e na Etapa de Habilitação.

5.4 – Fica vedado, às empresas licitantes concorrentes, a apresentação do mesmo responsável técnico, ou ainda, do mesmo representante, para fins de Credenciamento ou Vistoria, nesta licitação, sob pena de comprometer o caráter competitivo do certame.

5.5 – **Não será permitida a subcontratação total ou parcial** do objeto desta licitação, ficando sob a inteira responsabilidade da licitante contratado o cumprimento de todas as condições contratuais, atendendo aos requisitos técnicos e legais para esta finalidade.

## CLÁUSULA SEXTA DA VISTORIA TÉCNICA

6.1 – A empresa licitante poderá apresentar Declaração de Vistoria Técnica (Anexo I do Termo de Referência) de que, por meio do seu representante, visitou e conheceu o local de execução dos serviços ou entrega do objeto desta licitação.

6.2 – A Vistoria Técnica deverá ser agendada junto à Secretaria de Infraestrutura deste Poder, no horário de 9h as 13h, pelos telefones (92) 3303-5248 e (92) 3303-5247, e deverá observar as condições e os prazos estabelecidos no Termo de Referência.

6.3 – A declaração da licitante de que conhece as condições locais para a execução do serviço ou entrega do objeto **supre a necessidade** de vistoria técnica.

## CLÁUSULA SÉTIMA DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 – A licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então será encerrada automaticamente a fase de recebimento de propostas.

7.2 – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **o valor ofertado para o item**, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas diretas e indiretas decorrentes do fornecimento do objeto.

7.3 – Na descrição da proposta registrada no sistema Comprasgov, não deverá conter qualquer elemento que possa identificar a licitante, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse edital.

7.4 – As propostas registradas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e, até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.5 – Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pela licitante, observado o disposto na Cláusula 7.1, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata a Cláusula Décima Primeira.

7.6 – Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados, pelo sistema, para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.7 – Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pela licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata a Cláusula Décima Terceira e Décima Sexta.

## **CLÁUSULA OITAVA DAS DECLARAÇÕES**

8.1 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico:

- a) que está ciente e de acordo com as condições contidas no edital e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) que elaborou de maneira independente sua proposta de preço para participar desta licitação;
- d) sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;
- e) que, por ser enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

8.2 – A licitante mais bem classificada que não observar as exigências constantes no item 8.1 deverá encaminhar, por meio da opção “enviar anexo” do sistema Comprasgov, ou para o endereço eletrônico [colic@tjam.jus.br](mailto:colic@tjam.jus.br), as declarações abaixo relacionadas:

- a) Declaração conjunta de ciência e concordância com as condições contidas no edital, de cumprimento das condições de habilitação, de inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública e de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF e no inciso XVIII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93 (anexo I);

b) Declaração de elaboração independente de proposta (anexo II);

c) Enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, consoante disposição da LC nº 123/2006.

**8.3 – A falsidade da declaração de que trata a Cláusula Oitava sujeitará a licitante às sanções previstas na Resolução 025/2019 TJ-AM.**

**CLÁUSULA NONA  
DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

9.1 – A abertura da sessão pública deste pregão, conduzida pelo(a) pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicada no preâmbulo deste edital, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

9.2 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

9.3 – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**CLÁUSULA DÉCIMA  
DA CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS**

10.1 – Aberta a sessão, o(a) pregoeiro(a) verificará, de forma sucinta, as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que estejam em dissonância ao estabelecido neste edital, facultada a possibilidade de correção e ajustes, se autorizado pelo(a) pregoeiro(a), na etapa de aceitabilidade.

10.1.1 – A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

10.2 – Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA  
DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

11.1 – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

11.2 – A licitante será imediatamente informada, pelo sistema, do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

11.3 – Durante a sessão pública, as licitantes serão informados, pelo sistema, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

11.4 – As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.

11.5 – A licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**11.6 – O sistema não aceitará dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.**

11.7 – No modo de **disputa aberto**, a etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

11.7.1 – A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

11.7.2 – Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nas cláusulas 11.7 e 11.7.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

11.7.3 – Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no 11.7.1, o(a) pregoeiro(a) poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 85, da Resolução 025/2019 TJ-AM, mediante justificativa.

11.8 – Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o(a) pregoeiro(a) no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.9 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.10 – Os critérios de desempate serão aplicados nos termos dos itens anteriores, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

11.11 – Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

### **DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS**

12.1 – Após a fase de lances ou no decorrer da fase de aceitabilidade, conforme o caso, classificando-se em primeiro lugar empresa de grande ou médio porte e existindo proposta de microempresa, empresa de

pequeno porte ou equiparada que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior a proposta melhor classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

12.1.1 – A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a equiparada melhor classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à da licitante mais bem classificada e, se atendidas as exigências deste edital, ser contratada.

12.1.2 – Não sendo contratada microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada mais bem classificada, na forma do subitem anterior, e havendo outras licitantes que se enquadram na condição prevista no item 12.1, estas serão convocadas, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

12.1.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido neste item, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate, conforme inciso III do art. 45 da Lei Complementar 123, de 2006.

12.1.4 – A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo exclusivamente pelo sistema Comprasgov, decairá do direito previsto nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

12.1.5 – O(A) pregoeiro(a) poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.2 – Na hipótese de não contratação, nos termos previstos nos itens anteriores, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA NEGOCIAÇÃO**

13.1 – Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

13.2 – A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.3 – Fica estabelecido prazo de, no mínimo, 02 (duas) horas, contado da solicitação do(a) pregoeiro(a) no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata Cláusula 13.1 deste Edital.

13.3.1 – Os documentos elencado na Cláusula anterior deverão ser encaminhados via sistema Comprasgov.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

14.1 – A Proposta de Preços deverá atender o Anexo III do Edital.

14.1.1 – A proposta de preços deverá incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive de embalagens, transportes ou fretes, e ainda os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que estiver sujeito.

14.1.2 – A proposta de preços deverá estar devidamente datada e assinada pelo Responsável Legal, devendo ainda conter as informações dispostas no Formulário Proposta de Preços (Anexo III deste Edital), tais como os seus dados cadastrais, dados bancários, indicação de marcas, modelos, tipos e fabricantes dos produtos, se houver, preços unitários e totais.

14.1.3 – Os preços unitários e totais deverão estar em moeda nacional (R\$), com apenas duas casas decimais após a vírgula, e em caso de divergência entre preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros.

14.1.4 – As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

14.2 – Encerrada a fase de lances e de negociação, observada a ordem de classificação, na forma disposta na Cláusula Décima Terceira, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, que observará o disposto no edital quanto ao critério de julgamento, na Cláusula 13.3 do edital, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do Edital, observado o disposto na Cláusula Décima Sexta.

14.3 – Serão corrigidos automaticamente pelo(a) pregoeiro(a) quaisquer erros aritméticos e o preço global da proposta, se necessário.

14.4 – Não serão aceitas propostas que contenham cotações de marcas opcionais ou indefinidas, sobretudo com o uso de expressões “ou similar”. O licitante deverá cotar uma marca por item.

14.5 – Não é permitida a cotação de quantidade inferior àquela constante no Termo de Referência.

14.6 – O(A) pregoeiro(a) poderá, no julgamento da(s) proposta(s), sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de classificação, observado o disposto na Lei nº 2.794, de 06 de maio de 2003.

14.6.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata a Cláusula 14.6, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

14.7 – Não será aceita proposta com itens cujos valores estejam acima ao do estimado por este Poder.

14.8 – Não será admitida proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado.

14.9 – Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

14.10 – Se a proposta não for aceitável, se a licitante deixar de enviá-la, se deixar de atender solicitação feita na forma da Cláusula 14.6 ou não atender às exigências habilitatórias, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração daquela que atenda aos requisitos do Edital.

14.11 – Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preços e objeto, o(a) pregoeiro(a) avaliará as condições de habilitação da licitante.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**  
**DAS AMOSTRAS ou DOS FOLDERS ou CATÁLOGOS ou MANUAIS**

15.1 – Para esta licitação **não** será exigida a apresentação de amostras **e/ou folders e/ou** catálogos **e/ou** manuais.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA**  
**DA HABILITAÇÃO**

16.1 – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – e documentação complementar disposta nas cláusulas a seguir.

16.1.1 – No caso da documentação já cadastrada no SICAF estar em desconformidade com o previsto na legislação aplicável no momento da habilitação, ou haja a necessidade de solicitar documentos complementares aos já apresentados, o(a) pregoeiro(a) deverá comunicar a licitante para que, no prazo de 02 (duas) horas a que se refere a Cláusula 13.3 deste Edital, promova a regularização (conforme o estabelecido parágrafo único do art. 28 c/c inciso VI do art. 21, ambos da Instrução Normativa n.º 3, de 26/04/2018, com as alterações da Instrução Normativa n.º 10, de 10/02/2020, ambas do MPOG).

16.2 – A Coordenadoria de Licitação do Tribunal de Justiça do Amazonas poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, como meio legal de prova, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

16.3 – Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados nos termos do disposto na Cláusula Sétima do Edital.

16.4 – Junto ao SICAF serão verificadas a Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira, Regularidade Fiscal (Federal, Estadual, Distrital e Municipal) e Regularidade perante a Justiça do Trabalho.

16.4.1 – A comprovação da Habilitação Jurídica será aferida mediante a apresentação de:

a) cédula de identidade;

b) registro comercial, no caso de empresa individual;

c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus

administradores. No caso de alterações, será admitido o estatuto ou o contrato social consolidado e aditivos posteriores, se houver;

d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

16.4.2 – A comprovação da Qualificação Econômico-Financeira, será aferida mediante a apresentação de:

a) balanço patrimonial referente ao exercício de 2022, apresentado na forma da lei, com o cumprimento das seguintes formalidades:

a.1) Indicação do número das páginas e números do livro onde estão inscritos o balanço patrimonial e a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) no Livro Diário. Além do acompanhamento do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo;

a.2) Assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa no balanço patrimonial e DRE (pode ser feita digitalmente);

a.3) Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (devidamente carimbado, com etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro);

a.4) Demonstração da escrituração Contábil/Fiscal/pessoal regular;

a.5) Comprovante de habilitação do profissional, bem como sua situação regular perante o seu Conselho Regional de Contabilidade;

b) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica do licitante, com exceção das sociedades cooperativas que, por força de lei, não estão sujeitas à falência.

16.4.3 – A comprovação da Regularidade Fiscal (Federal, Estadual, Distrital e Municipal) e Regularidade perante a Justiça do Trabalho, será aferida mediante a apresentação de:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;

d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

16.5 – As licitantes deverão encaminhar a seguinte documentação complementar para verificação da sua Qualificação Técnica:

a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;

b) Atestado de Capacidade Técnica Operacional da Empresa fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado comprovando que a empresa prestou serviço de elaboração vistoria e perícia, com elaboração de laudo estrutural, com aparelhamento técnico e pessoal qualificado, dentro dos prazos, padrões de qualidade, certificações, segurança operacional esperado e que reúna as características relacionadas mínimas relacionadas:

b.1) Edificação em concreto armado e fundação rasa ou profunda;

b.2) Edificação com no mínimo 2.000 (dois mil) m<sup>2</sup> de área;

c) Comprovante de que possui em seu quadro funcional Engenheiro Civil ou Arquiteto, com Certidão de Acervo Técnico – CAT – registrada junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU, em que constem registros de elaboração perícia técnica e laudo;

c.1) A comprovação do vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante; do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; do contrato de prestação de serviços previsto na legislação civil; ou, ainda, da declaração de contratação futura de profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional;

c.2) Os profissionais apresentados por ocasião das exigências dos itens anteriores deverão participar, necessariamente, como responsáveis técnicos pela execução dos serviços contratados, sendo admitida a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior.

d) Declaração de Vistoria Técnica ou de que conhece as condições locais para a execução do serviço ou entrega do objeto. (Anexo I do Termo de Referência).

16.6 – O(A) pregoeiro(a) poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de classificação, observado o disposto na Lei nº 2.794, de 06 de maio de 2003.

16.6.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata a Cláusula 16.6, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

16.7 – Em relação à **Habilitação das microempresas e empresas de pequeno porte** observar-se-ão as seguintes regras:

16.7.1 – Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

16.7.2 – As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

16.7.3 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

16.7.4 – A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas instrumento, sendo facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

16.7.5 – As sociedades cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, equiparam-se às microempresas e empresas de pequeno porte, no que concerne ao disposto nos Capítulos V a X, na Seção IV do Capítulo XI, e no Capítulo XII da Lei Complementar nº. 123/2006.

16.8 – Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

16.9 – Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

16.10 – Em se tratando de filial, os documentos para a participação nesta licitação deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

16.11– Se a licitante não atender às exigências de habilitação, se a licitante deixar de enviá-los ou deixar de atender diligência complementar solicitada em sessão, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que atenda a este edital.

16.12 – Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DO RECURSO**

17.1 – Declarada a vencedora, o(a) pregoeiro(a) abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

17.1.1 – A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto na Cláusula 17.1, importará na decadência desse direito, e o(a) pregoeiro(a) estará autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

17.2 – A licitante que manifestou intenção de recurso deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

17.3 – O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.4 – Não serão providos recursos de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação da licitante, podendo ainda ser aplicado, supletiva e subsidiariamente, no que couberem, as regras previstas na Lei 13.105/2015.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

18.1 – O objeto deste pregão será adjudicado pelo(a) pregoeiro(a), salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

18.2 – A homologação deste pregão compete à Presidência do Tribunal de Justiça do Amazonas.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA**  
**DO CONTRATO E DA GARANTIA CONTRATUAL**

19.1 – Será firmado o contrato com a empresa vencedora que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº. 10.520/02; pelo Decreto nº. 3.555/00; pela Lei Complementar nº. 123/06; pelo Decreto do Estado do Amazonas nº. 28.182/08, no que couber; pela Lei nº. 8.666/93, pela Resolução 025/2019 TJ-AM e pelas demais cláusulas e condições constantes neste edital e no Termo de Referência.

19.2 – A Divisão de Contratos e Convênios deste Poder convocará a empresa licitante para a assinatura do Termo de Contrato.

19.3 – Na hipótese da empresa vencedora não apresentar situação regular ou não comparecer para assinar o Termo de Contrato será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

19.4 – Para a execução do futuro contrato, decorrente desta licitação, **não será exigida** prestação de garantia, nos termos da cláusula décima quinta da minuta de contrato (anexo V).

**CLÁUSULA VIGÉSIMA**  
**DA NOTA DE EMPENHO**

20.1 – O Tribunal de Justiça do Amazonas convocará a licitante vencedora para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, retirar a Nota de Empenho ou a encaminhará via *e-mail*, devendo, nesse caso, ser acusado seu recebimento no mesmo prazo, sob pena de decair o direito do fornecimento sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

20.2 – O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Tribunal de Justiça do Amazonas.

20.3 – A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições das propostas, os acréscimos ou supressões que porventura se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei nº. 8.666/93.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA**  
**DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

21.1 – O objeto desta licitação deverá ser executado de acordo com as especificações e as condições, e nos prazos definidos no Termo de Referência e na proposta de preço.

21.2 – As despesas com seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas no fornecimento do objeto correrão por conta da empresa contratada.

21.3 – O Recebimento Provisório se dará quando a Fiscalização receber o objeto, provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade das especificações mediante termo circunstanciado,

assinado pelas partes, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita pela CONTRATADA de que o objeto contratado foi concluído. A conclusão do objeto contratado é definida como a execução total de todos os serviços e a entrega de todos os serviços definidos nas especificações técnicas, apresentando-se o objeto contratado pronto para uso pelo TJAM;

21.4 – O Recebimento Definitivo se dará quando a Fiscalização receber o objeto, definitivamente, em prazo a ser estipulado, não sendo inferior a 03 (três) dias corridos, nem superior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data do Recebimento Provisório, mediante termo circunstanciado, após a verificação pela fiscalização do cumprimento de todas as especificações estabelecidas no item 5 do Termo de Referência.

21.5 – Caso a licitante contratada não entregue o objeto nas condições estabelecidas neste edital, deverá a Secretaria de Infraestrutura deste Poder comunicar, de forma oficial e imediata, à **Presidência do Tribunal de Justiça do Amazonas** para as providências cabíveis.

<p><b>CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA</b></p> <p><b>DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA</b></p>
---

22.1 – Caberá ao Tribunal de Justiça do Amazonas, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades constantes neste edital, no Termo de Referência:

- a) cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a contratada, efetuando os pagamentos de acordo com o estabelecido neste instrumento convocatório;
- b) permitir o acesso de funcionários da empresa contratada, devidamente credenciados, às dependências do Tribunal de Justiça do Amazonas para a execução do objeto desta licitação;
- c) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes à execução do objeto desta licitação que venham a ser solicitados pelos funcionários da empresa contratada;
- d) solicitar a execução objeto desta licitação;
- e) fiscalizar e acompanhar a execução do objeto desta licitação;
- f) comunicar qualquer irregularidade ou ilegalidade encontrada na execução do objeto desta licitação.

22.2 – Caberá à empresa licitante contratada, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades constantes neste edital, no Termo de Referência:

- a) executar o objeto desta licitação de acordo com as especificações e/ou condições constantes neste edital, no Termo de Referência e no Termo de Contrato;
- b) manter preposto para representá-lo durante a execução do contrato;
- c) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto desta licitação, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales refeição, vales transporte e outras que porventura sejam estabelecidas em convenções ou acordos coletivos, bem como as criadas e exigidas pelo Poder Público;
- d) ser responsável pelos danos causados ao Tribunal de Justiça do Amazonas ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em virtude da fiscalização ou do acompanhamento pela contratante;
- e) solicitar a repactuação do contrato sempre que houver variação do equilíbrio econômico-financeiro, oferecendo para tanto os elementos e justificativas que fundamentem o pedido;
- f) comunicar por escrito ao Tribunal de Justiça do Amazonas qualquer anormalidade na execução do objeto desta licitação;
- g) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a execução do objeto desta licitação;

h) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS**

23.1 – À empresa licitante contratada caberá, ainda:

- a) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Tribunal de Justiça do Amazonas;
- b) assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do objeto desta licitação, ainda que acontecidos nas dependências do Tribunal de Justiça do Amazonas;
- c) assumir todos os encargos de demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados a esse processo licitatório e ao respectivo contrato;
- d) assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA DO PAGAMENTO**

24.1 – O pagamento observará o disposto na cláusula décima segunda da minuta de contrato (anexo V).

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA DA RESCISÃO DO CONTRATO**

25.1 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências previstas neste instrumento e na legislação pertinente à matéria.

25.2 – Constituem motivo para rescisão do contrato:

- a) o não cumprimento de cláusulas, especificações, condições ou prazos previstos neste instrumento e seus anexos;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas, especificações, condições ou prazos previstos neste instrumento e seus anexos;
- c) a lentidão do seu cumprimento que impossibilite a conclusão do fornecimento nos prazos estipulados;
- d) o atraso injustificado no início do fornecimento;
- e) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, nos termos do **item 5.5** deste edital;
- f) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a contratação, assim como as de seus superiores;
- g) o cometimento reiterado de faltas no fornecimento do objeto;
- h) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- i) a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- j) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique o fornecimento do objeto;

k) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela autoridade competente e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

l) a supressão da contratação, por parte da Administração, acarretando modificação do valor inicial do contrato além dos limites estabelecidos na legislação vigente;

m) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

n) descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

o) outras ocorrências previstas na legislação pertinente à matéria.

25.3 – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

25.4 – A rescisão do contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos na legislação pertinente;

b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) judicial, nos termos da legislação.

25.4.1 – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

25.4.2 – Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "k" a "m" do item 25.2, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, nos termos da lei.

25.5 – A rescisão contratual observará a legislação pertinente e em especial a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

25.6 – A rescisão contratual relativa a execução do objeto desta licitação observará o disposto na cláusula vigésima terceira da minuta de contrato (anexo V).

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA DA INEXECUÇÃO**

26.1 – Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer situações previstas nos artigos 77 e 78, incisos I a XI e XVIII da Lei n.º 8.666/93, a Administração poderá, resguardados os procedimentos legais pertinentes, aplicar as sanções previstas na cláusula subsequente.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA DAS SANÇÕES**

27.1 – Aquela que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Termo de Contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do

contrato, comporta-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação ou do valor contratado, conforme o caso, e demais cominações legais.

27.2 – O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa, de acordo com o estabelecido no Termo de Contrato.

27.3 – As multas poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo Tribunal de Justiça do Amazonas ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

27.4 – Serão aplicados subsidiariamente ao previsto na Cláusula 27.1, pela inexecução total ou parcial do contrato, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa, graduável conforme a gravidade da infração, de acordo com o previsto na cláusula **Vigésima Segunda da Minuta de Contrato**;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

27.5 – A aplicação das sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item anterior e a prevista no item 27.1 poderão ser aplicadas juntamente com a sanção prevista na alínea “b” do item anterior.

27.6 – O não comparecimento do licitante vencedor para assinar o Termo de Contrato, no prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeito às sanções estabelecidas neste edital.

27.7 – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula é de competência exclusiva da presidência do Tribunal de Justiça do Amazonas.

27.8 – As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente divulgadas no Diário da Justiça Eletrônico, no *site* do Tribunal de Justiça do Amazonas e registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

<b>CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA</b> <b>DAS DISPOSIÇÕES FINAIS</b>
--

28.1 – A critério do Tribunal de Justiça do Amazonas, a presente licitação poderá ser:

a) adiada, por conveniência do Tribunal de Justiça do Amazonas, desde que devidamente justificada;

b) revogada, a juízo do Tribunal de Justiça do Amazonas, se considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

c) anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado na defesa do interesse do serviço público e de acordo com a legislação vigente.

28.2 – A anulação do procedimento licitatório induz a do contrato.

28.3 – A participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das normas constantes neste presente ato de convocação, independentemente de declaração expressa.

28.4 – É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao do Tribunal de Justiça do Amazonas.

28.5 – É vedada, ainda a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição do Tribunal de Justiça do Amazonas para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução nº 156/2012, de 8 de Agosto de 2012 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, em atendimento ao disposto no art. 4º da resolução supracitada.

28.6 – Na hipótese de não constar prazo nos documentos exigidos para a participação nesta licitação, este Órgão aceitará como válidos os expedidos em até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de abertura da licitação, com exceção daqueles cuja validade seja indeterminada.

28.7 – No caso de posteriores alterações das Normas Regulamentadoras (NRs) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) exigidas neste instrumento convocatório e seus anexos, serão consideradas para todos os efeitos cabíveis as NRs vigentes e atualizadas.

28.8 – Quando houver indicação de marca, no Termo de Referência ou em qualquer dos anexos deste Edital, fica admitida a utilização de marcas similares com qualidade equivalente ou superior.

28.9 – Na contagem dos prazos deste Edital será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento, considerando-se o expediente normal deste Órgão, de segunda a sexta-feira, das 8 às 14 horas (horário de Manaus), salvo expressa disposição em contrário.

28.10 – Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização deste pregão na data marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

28.11 – O(A) pregoeiro(a) ou autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, fixando prazos para atendimento.

28.12 – O(A) pregoeiro(a) poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Amazonas, ou ainda, de pessoas físicas ou jurídicas, estranhas a ele, com notórios conhecimentos na matéria em análise, para orientar suas decisões.

28.13 – As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

28.14 – Os casos omissos serão dirimidos pela Presidência do Tribunal de Justiça do Amazonas.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA  
DOS ANEXOS**

29.1 – São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

- a) Declaração conjunta de ciência e concordância com as condições contidas no edital, de cumprimento das condições de habilitação, de inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública e de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF e no inciso XVIII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93 (Anexo I);
- b) Declaração de elaboração independente de proposta (Anexo II);
- c) Formulário proposta de preços (anexo III);
- d) Termo de Referência (Anexo IV);
- e) Minuta de Termo de Contrato (Anexo V).

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA  
DO FORO**

30.1 – Fica eleito o foro da comarca de Manaus, capital do Estado do Amazonas, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste edital com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**Manaus/AM, 28 de agosto de 2023.**

**Desembargadora NÉLIA CAMINHA JORGE  
Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 040/2023 – TJAM**

**ANEXO I – Modelo de declaração conjunta de cumprimento das condições de habilitação e de inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública.**

(nome da empresa) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ n.º. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do CPF n.º ....., **DECLARA:**

- 1) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;
  
- 2) que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
  
- 3) que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Manaus, XX de XXXXX de 202X.

\_\_\_\_\_  
carimbo (ou nome legível) e assinatura

**PREGÃO ELETRÔNICO N°. 040/2023 – TJAM**

**ANEXO II – Modelo de declaração de elaboração independente de proposta**

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO LICITANTE OU DO CONSÓRCIO] doravante denominado [Licitante/Consórcio], em atendimento ao disposto no edital do **Pregão Eletrônico n°. 040/2023**, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente [pelo Licitante/Consórcio], e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico n°. 040/2023**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico n°. 040/2023**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico n°. 040/2023** quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico n°. 040/2023** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do Tribunal de Justiça do Amazonas antes da abertura oficial das propostas; e
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Manaus, XX de XXXXX de 202X.

---

carimbo (ou nome legível) e assinatura

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 040/2023 – TJAM**

**ANEXO III – Formulário de Proposta de Preços**

<b>RAZÃO SOCIAL:</b>		
<b>CNPJ:</b>	<b>TELEFONE(S):</b>	
<b>E-MAIL:</b>		
<b>ENDEREÇO:</b>		
<b>BANCO:</b>	<b>AGÊNCIA:</b>	<b>CONTA CORRENTE:</b>

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR UNITÁRIO (R\$)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>					

Valor total por extenso da Proposta de Preços.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

**Observação: Estão inclusos nos preços supramencionados todos os custos diretos e indiretos, inclusive de embalagens, transportes ou fretes, e ainda os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que estiver sujeito.**

Manaus, XX de XXXXXXXX de 202X.

---

**carimbo (ou nome legível)  
e assinatura do Representante legal**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 040/2023 – TJAM**  
**ANEXO IV - TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO N°. 040/2023 – TJAM**  
**ANEXO V – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**



Documento assinado eletronicamente por **Nélia Caminha Jorge, Desembargadora de Justiça**, em 29/08/2023, às 10:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1192772** e o código CRC **5EED5623**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. DO OBJETO**

**1.1** Contratação de pessoa jurídica especializada em patologias em estruturas de concreto para prestação de Serviços de Engenharia Diagnóstica, englobando a realização de levantamentos, inspeções, prospecções, elaboração de Laudo Técnico e de projeto de recuperação concernentes às patologias estruturais do Fórum Ministro Henoch Reis localizado na Av. Paraíba, s/n - São Francisco, Manaus - AM, incluindo mão-de-obra, inclusive todo EPI (equipamento de proteção individual), ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários à execução dos serviços, nos termos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

### **2. DA JUSTIFICATIVA**

**2.1** A contratação visa atender a determinação realizada na Inspeção CNJ nº 0008988-05.2021.2.00.0000, realizada neste Tribunal de Justiça, no período de 2 a 6 de maio de 2022. Nos autos, a Corregedoria Nacional de Justiça determinou que seja realizada avaliação da estrutura do prédio no Fórum Henoch Reis, uma vez que o espaço ocupado pela equipe de suporte e atendimento apresentava rachaduras no chão;

**2.2** Devido à complexidade envolvida e a necessidade de utilização de equipamentos específicos da demanda faz-se necessária a contratação de empresa especializada para execução do objeto deste Termo de Referência.

### **3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**3.1** A contratação para a execução dos serviços deverá obedecer, no que couber, ao disposto na legislação a seguir:

**3.1.1** Resolução nº 114, de 20/04/10 do CNJ;

**3.1.2** Atendimento às normas específicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que regulam os serviços de construção civil no Projeto Básico e seus Anexos, não sendo exigido a certificação dos serviços perante às normas da ABNT, tornando-se apenas parâmetro para assegurar a boa qualidade do serviço pretendido, conforme Acórdão 1225/2014-TCU-Plenário, Acórdão 861/2013-TCU-Plenário e Acórdão 898/2013-TCU-Plenário;

**3.1.3** NBR 6118 - Projeto de estruturas de concreto — Procedimento;

**3.1.4** NBR 6122 - Projeto e execução de fundações;

**3.1.5** NBR 13752 - Perícias de engenharia na construção civil;

**3.1.6** NBR 14653 - Avaliação de bens;

**3.1.7** NBR 6484 - Solo - Sondagens de simples reconhecimento com SPT - Método de ensaio

**3.1.8** NBR 16747/2 - Inspeção predial

#### 4. DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A contratação não será regida pelo Sistema de Registro de Preços.

#### 5. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

5.1 O Fórum Ministro Henoch Reis localizado na Av. Paraíba, s/n - São Francisco, Manaus - AM possui as seguintes características:

5.1.1 Subsolo: 2.610,26 m<sup>2</sup>

5.1.2 Pavimento Térreo: 3.455,77 m<sup>2</sup>

5.1.3 1º Pavimento: 2.351,42 m<sup>2</sup>

5.1.4 2º Pavimento: 2.782,30 m<sup>2</sup>

5.1.5 3º Pavimento: 2.650,12 m<sup>2</sup>

5.1.6 4º Pavimento: 2.464,14 m<sup>2</sup>

5.1.7 5º Pavimento: 2.334,77 m<sup>2</sup>

5.1.8 6º Pavimento: 438,15 m<sup>2</sup>

**5.1.9 Área Total: 19.086,93 m<sup>2</sup>**

5.2 O Diagnóstico das Condições da Estrutura deverá seguir determinadas etapas com o intuito de coletar todas as informações e dados para subsidiar posteriormente, a elaboração de projeto executivo de recuperação estrutural. Tais etapas constituem-se:

5.2.1 Vistoria: constatação local de fatos, mediante observações criteriosas em um bem e nos elementos e condições que o constituem ou o influenciam, objetivando sua avaliação ou parecer sobre o mesmo;

5.2.2 Inspeção: é a etapa seguinte à vistoria, é definida como a análise de fato, direito ou condição de uma edificação, baseado em informações genéricas e experiência do inspetor. A inspeção registra e analisa os problemas construtivos de uma edificação, classificando-os por grau risco, de forma a recomendar uma maior prioridade aos reparos de problemas;

5.2.3 Auditoria: É a certificação técnica da conformidade com os preceitos normativos;

5.2.4 Perícia: A perícia é a etapa seguinte a da auditoria e busca constatar tecnicamente a origem, motivo e mecanismo de ação de um acontecimento;

5.2.5 Consultoria: A consultoria é caracterizada por realizar os reparos da patologia, ou seja, a solução técnica do problema. É acompanhada de memoriais, projetos, orçamentos, ilustrações, e tudo que fundamente o prognóstico.

5.3 A formulação de novos projetos deverá ser precedida de laudos técnicos com avaliação da situação existente, levantando o estado de conformidade e não conformidade da edificação. A contratada deverá adotar uma metodologia de planejamento e execução dos serviços que englobe, minimamente, os tópicos abaixo relacionados:

5.3.1 Levantamento de dados e documentação;

5.3.2 Análise dos dados e documentação solicitados e disponibilizados;

5.3.3 Vistoria da edificação de forma sistêmica, considerando a complexidade das estruturas existentes;

**5.3.4** Classificação das irregularidades constatadas;

**5.3.5** Recomendação das ações necessárias para restaurar ou preservar o desempenho dos sistemas, subsistemas e elementos construtivos da edificação afetados por falhas de uso, operação ou manutenção, anomalias ou manifestações patológicas constatadas e/ou não conformidade com a documentação analisada (considerando, para tanto, o entendimento dos mecanismos de deterioração atuantes e as possíveis causas das falhas, anomalias e manifestações patológicas);

**5.3.6** Organização das prioridades, em patamares de urgência;

**5.3.7** Redação e emissão do laudo técnico da estrutura.

## **5.4** Realização de Ensaios para Avaliação das Manifestações Patológicas

**5.4.1** Os ensaios tecnológicos consideram: ensaios laboratoriais, ensaios de tipo, ensaios de campo, inspeções em protótipos ou em campo, simulações e análises de projeto. Os ensaios serão baseados em normas (nacionais e internacionais) vigentes à data do projeto da edificação objeto da análise. Devem ser respaldados nas normas prescritivas ou de desempenho aplicáveis ao caso em estudo. Também devem ser referenciados a metodologia utilizada, devendo ser detalhada tecnicamente;

**5.4.2** Serão determinados de acordo com a necessidade requerida, ficando a critério do engenheiro diagnóstico a sua especificação. Todavia, devem ser realizados minimamente os ensaios abaixo relacionados:

**5.4.2.1** No concreto:

Ensaio para Avaliação de Fissuras (Fissurômetro)

Ensaio de Esclerometria (Esclerômetro)

Ensaio de Carbonatação

**5.4.2.2** Na armadura:

Ensaio de Pacometria (Pacômetro)

Medição de potenciais: verificar a existência ou não de corrosão

## **5.5** Laudo Técnico

**5.5.1** O laudo técnico é o documento completo resultante da inspeção realizada, que deve ter, no mínimo, o seguinte conteúdo:

**5.5.1.1** Identificação do contratante ou solicitante e responsável legal pela edificação;

**5.5.1.2** Descrição técnica da edificação:

Localização;

Mês e ano de construção da estrutura;

Tipo de uso;

Número de pavimentos;

Área construída;

Tipologia do sistema construtivo;

Descrição mais detalhada da estrutura objeto do estudo;

**5.5.1.3** Data das vistorias que compuseram a inspeção;

**5.5.1.4** Documentação solicitada e documentação disponibilizada;

**5.5.1.5** Análise da documentação disponibilizada;

**5.5.1.6** Descrição completa da metodologia da inspeção, acompanhada de dados, fotos, croquis, normas ou documentos técnicos utilizados, ou o que for necessário para deixar claro os métodos adotados;

**5.5.1.7** Lista de todos os elementos construtivos (peças estruturais e demais componentes da estrutura) inspecionados;

**5.5.1.8** Resultado dos ensaios e prospecções auxiliares;

**5.5.1.9** Descrição detalhada das anomalias e patologias identificadas e não conformidades constatadas nos sistemas construtivos e na documentação analisada;

**5.5.1.10** Classificação das irregularidades constatadas;

**5.5.1.11** Recomendação das ações necessárias para restaurar ou preservar o desempenho da estrutura e elementos construtivos da edificação;

**5.5.1.12** Definição e especificação detalhada das ações corretivas (soluções) para cada uma das patologias relatadas, contendo indicação de metodologia, serviços a serem executados e materiais necessários.

**5.5.1.13** Organização das prioridades, em patamares de urgência;

**5.5.1.14** Conclusões e considerações finais;

**5.5.1.15** Data do laudo técnico de inspeção;

**5.5.1.16** Assinatura do(s) profissional(is) responsável(is), acompanhada do número do respectivo conselho de classe (CAU ou CREA);

**5.5.1.17** Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT.

## **5.6** Projetos de recuperação estrutural

**5.6.1** Deverá ser elaborado projeto de recuperação, reforço ou novas estruturas se necessário, abrangendo estruturas em concreto armado, de acordo com as orientações das etapas da Engenharia Diagnóstica;

**5.6.2** Os projetos executivos indicarão os procedimentos de reparo indispensáveis o restabelecimento das condições de proteção, segurança e estabilidade da estrutura, definidos por um conjunto de informações técnicas, como especificações, plantas com desenhos e detalhes, metodologias de recuperação, memórias de cálculo, planilhas de quantitativos e preços;

**5.6.3** Deverá conter:

**5.6.3.1** Base Normativa;

**5.6.3.2** Dimensionamento e orientação de procedimentos de recuperação de todas as peças estruturas existentes danificadas / comprometidas;

**5.6.3.3** Plantas, cortes e detalhamentos;

**5.6.3.4** Memória de Cálculo;

- 5.6.3.5** Memorial Descritivo e especificação de procedimentos;
- 5.6.3.6** Planilha de quantitativos para fundamentar orçamento.

**5.6.4** A planilha deverá quantificar todos os serviços de reparos necessários para a restituição da integridade da estrutura de concreto armado.

## **5.7** Orçamento e Cronograma Físico-Financeiro

**5.7.1** Deverão ser apresentadas Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro para subsidiar licitação dos serviços de recuperação estrutural necessários;

**5.7.2** A planilha orçamentária deve ser formatada conforme preconizam a Lei 8.666, as orientações do TCU e demais legislação pertinente;

**5.7.3** Os serviços deverão ser relacionados na ordem sequencial de execução e terão a mesma numeração constante nas especificações técnicas, segundo as mesmas subdivisões, sempre que possível;

**5.7.4** Na elaboração da planilha, deverão ser consideradas preferencialmente as referências de valores das tabelas de SINAPI, ou outra tabela referencial utilizada por órgãos públicos;

**5.7.5** Os serviços não constantes nas tabelas padrão deverão ser levantados através de cotação de valores de mercado, com no mínimo três fontes diferentes, para cada item e subitens de serviços elencados. As cotações devem caracterizar perfeitamente o objeto cotado e ser padronizadas, devendo vir com suas composições abertas.

**5.7.6** Os valores unitários expressos na planilha deverão estar compatíveis com o quantitativo a que correspondem tanto para material quanto para mão de obra. Não deverá ser utilizada composições de itens ou subitens com indicação de verba;

**5.7.7** Sobre o custo de cada item de mão de obra deverá estar incluso o percentual de Encargos Sociais. Sua composição deverá ser apresentada em tabela complementar;

**5.7.8** Sobre o valor dos custos de cada item, deverá estar incluído o percentual de BDI – Bonificação de Despesas Indiretas, calculado de acordo com as orientações do TCU para valores de referência de taxas de Bonificação e Despesas Indiretas – BDI das obras públicas;

**5.7.9** Deverá ser montado um Plano de Gestão de Obra onde devem estar mapeados os processos, procedimentos, riscos, responsáveis, ações necessárias a cada etapa executada;

**5.7.10** Deverá ser previsto Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS);

**5.7.11** O Cronograma Físico-Financeiro deverá ser elaborado observando o prazo estipulado e tecnicamente necessário para a execução dos serviços necessários para a recuperação estrutural. O Cronograma Físico-Financeiro é a representação gráfica do plano de execução da obra e dos desembolsos necessários. Deve contemplar todas as fases de execução.

## **5.8** Memorial de Especificações Técnicas

**5.8.1** O Caderno de Especificações e Encargos tem a finalidade de definir o objeto da licitação, bem como estabelecer os requisitos, condições e diretrizes técnicas e administrativas para sua execução. Deve ainda conter a caracterização de equipamentos, materiais nos serviços e obras, visando um desempenho técnico determinado.

**5.8.2** Essa documentação deverá conter, no mínimo:

**5.8.2.1** Informações técnicas necessárias à caracterização da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção;

**5.8.2.2** Especificações detalhadas, definindo com clareza e precisão:

**5.8.2.2.1** As características dos materiais a serem utilizados, sendo marcas ou modelos meramente referenciais, podendo ser substituídos por outros equivalentes, ou seja, com mesma função e desempenho técnico;

**5.8.2.2.2** Procedimentos de execução;

**5.8.2.2.3** Aspecto e desempenho final desejados.

**5.8.2.3** Descrições pormenorizadas das estruturas contendo tipo de estrutura, técnicas de execução, especificações e controle tecnológico dos materiais;

**5.8.2.4** Descrição pormenorizada de cada uma das instalações prediais, detalhando suas características técnicas, seus princípios de funcionamento, bem como, todas as recomendações necessárias, quanto às técnicas ideais de execução e aos padrões exigidos pelas concessionárias locais.

**5.8.3** Deve atender as recomendações gerais do Manual de Obras Públicas-Edificações, da Secretaria de Estado da Administração e Patrimônio (também conhecido como “Práticas da SEAP”).

**5.8.4** As características técnicas necessárias para atendimento às questões de projeto e norma deverão estar claramente identificadas para efeitos de equivalência. O memorial descritivo deverá ser entregue em formato eletrônico, padrão editor de texto Microsoft Word (extensão DOC ou DOCX), em formato A4.

**5.9** A elaboração do Relatório Técnico deverá descrever e classificar as possíveis causas das patologias verificadas, com a devida documentação fotográfica e, principalmente, fornecer subsídios para definição de solução assertiva e eficaz para correção de todas as patologias estruturais;

**5.10** A Contratada deverá apresentar as soluções corretivas, contemplando a indicação da metodologia a ser adotada, bem como a especificação e a quantificação dos materiais a serem utilizados;

**5.11** A Contratada deverá fornecer a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, devidamente preenchida e recolhida, referente aos serviços técnicos realizados;

**5.12** Visitas à edificação deverão ser previamente agendadas com a Comissão de Fiscalização do Contratante. As visitas, necessárias para a realização do Relatório Técnico, integram o escopo dos serviços;

**5.13** Quaisquer irregularidades, nos serviços entregues, deverão ser sanadas de acordo com a indicação da Comissão de Fiscalização, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento pela Contratada da notificação por escrito;

**5.14** Cabe a Contratada prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Comissão de Fiscalização da Contratante;

**5.15** O critério de elaboração do Laudo Técnico deverá obedecer às Normas reconhecidas, em suas últimas revisões;

**5.16** O trabalho pericial deverá atender os requisitos mínimos a seguir:

**5.16.1** Inclusão de um número adequado de fotografias por cada bem periciado, com exceção dos casos onde ocorrer impossibilidade técnica;

**5.16.2** Descrição sumária dos bens nos seus aspectos físicos, dimensões, áreas, utilidades, materiais construtivos, etc;

**5.16.3** Indicação e perfeita caracterização de eventuais danos e/ou eventos encontrados;

**5.16.4** Análise dos danos e/ou eventos encontrados, apontando as prováveis causas, consequências e soluções.

**5.17** As atividades básicas deverão atender às seguintes etapas:

**5.17.1** Vistoria e/ou exame do objeto da perícia;

**5.17.2** Diagnóstico dos itens objeto da perícia;

**5.17.3** Coleta de informações;

**5.17.4** Escolha e justificativa dos métodos e critérios periciais;

**5.17.5** Análise das ocorrências e elementos periciais;

**5.17.6** Soluções propostas;

**5.17.7** Considerações finais e conclusões.

**5.18** O laudo deverá ser apresentado em duas vias impressas e uma via digital, contendo obrigatoriamente, o seguinte:

**5.18.1** Indicação da pessoa física ou jurídica que realizou o trabalho e do proprietário do bem objeto da perícia;

**5.18.2** Relato e data da vistoria

**5.18.3** Diagnóstico da situação encontrada;

**5.18.4** Memórias de cálculo e descritivo, resultados de ensaios e outras informações relativas à sequência utilizada no trabalho pericial;

**5.18.5** Nome, assinatura, número de registro no CREA ou CAU e credenciais do perito de engenharia.

**5.19** Fazem parte deste Termo de Referência os seguintes anexos:

**5.19.1** Anexo I – Modelo de declaração de vistoria técnica;

**5.19.2** Anexo II - Projeto arquitetônico.

## **6. DA CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**6.1** O objeto descrito neste Termo de Referência enquadra-se no conceito de Serviços Comuns de Engenharia - atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;

**6.2** O Objeto deste Termo de Referência será licitado na Modalidade Pregão, Execução Indireta de Serviço não continuado e o critério de seleção da proposta será o de Tipo Menor Preço Global.

### 6.3 Código SIASG, conforme descrito:

Item	Código CATSER	Descrição
1	876	Serviços de Engenharia Diagnóstica, englobando a realização de levantamentos, inspeções, prospecções, elaboração de Laudo Técnico e de projeto de recuperação concernentes às patologias estruturais do Fórum Ministro Henoch Reis localizado na Av. Paraíba, s/n - São Francisco, Manaus - AM, incluindo mão-de-obra, inclusive todo EPI (equipamento de proteção individual), ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários à execução dos serviços.

## 7. DA FORMA DE FORNECIMENTO E LOCAIS

**7.1** O local de execução dos serviços Fórum Ministro Henoch Reis localizado na Av. Paraíba, s/n - São Francisco, Manaus - AM;

**7.2** O serviços atinentes ao objeto da contratação são correlatos e devem ser geridos e executados pela mesma empresa, caso contrário, poderia implicar uma complexa e desnecessária demanda para os fiscais contratuais, uma vez que os serviços deixariam de apresentar um padrão de qualidade, gerando, inclusive, ingerência entre as diversas empresas, caso o objeto fosse dividido em lotes independentes;

**7.3** Os serviços devem prioritariamente ser realizados dentro do horário comercial (07h00min às 17h00min), podendo ocorrer, excepcionalmente, trabalho aos finais de semana, feriados e em horário noturno. Neste caso, a CONTRATADA informará antecipadamente a fiscalização com no mínimo 48h (quarenta e oito horas) e deverá prever nos seus custos as despesas com possíveis horas extras e outras decorrentes para serviços que identifique a necessidade de serem realizados fora do horário normal acima estabelecido, prevendo-os no seu plano de trabalho, não podendo ser apresentada cobrança em separado dos referidos custos.

**7.4** O local de entrega dos serviços será no Edifício Desembargador Arnoldo Péres, situado na Av. André Araújo, S/N - Aleixo, Manaus – AM aos cuidados da Secretaria de Infraestrutura deste Poder.

## 8. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

**8.1** O prazo para a execução dos serviços é de 90 (noventa) dias, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço

## 9. DA SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS

**9.1** A solicitação para início da execução dos serviços será com a expedição da Ordem de Serviço emitida pela Secretaria de Infraestrutura deste Tribunal de Justiça através de comunicação por e-mail. A emissão da Ordem de Serviço será um documento próprio emitido pelo TJAM que deverá conter informações sobre os prazos e as recomendações técnicas e procedimentais.

## 10. DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

**10.1** Valor estimado da contratação será realizado por meio de pesquisa de mercado de competência da Divisão de Compras e Operações (DVCOP) do TJAM da Secretaria de Contratos, Compras e Operações (SECOP) deste Tribunal de Justiça, após a realização da pesquisa de mercado com base na descrição a seguir:

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOTOTAL
1	876	Serviços de Engenharia Diagnóstica, englobando a realização de levantamentos, inspeções, prospecções, elaboração de Laudo Técnico e de projeto de recuperação concernentes às patologias estruturais do Fórum Ministro Henoch Reis localizado na Av. Paraíba, s/n - São Francisco, Manaus - AM, incluindo mão-de-obra, inclusive todo EPI (equipamento de proteção individual), ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários à execução dos serviços.	UN	1		

## 11. DA NECESSIDADE DE CONTRATO

**11.1** Faz-se necessário a formalização de Contrato Administrativo com a empresa vencedora do certame e o TJAM a ser direcionada pela Divisão de Contratos e Convênios deste Poder Judiciário podendo ser substituído por emissão de nota de empenho a critério desta Administração.

## 12. DO PERÍODO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE

**12.1** A vigência do contrato com a empresa especializada para a elaboração de projetos executivos estruturais será de **180 dias**, a contar da data da assinatura do respectivo Contrato, podendo ser prorrogado, na forma do art. 57 da Lei nº 8.666/93;

**12.2** O reajuste contratual dos valores firmados poderá ser acordado mediante negociação e formalização do pedido pela CONTRATADA junto à Divisão de Convênios e Contratos nos termos previstos na Minuta Contratual e da Legislação em vigor.

## 13. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

**13.1** Manter durante a execução do CONTRATO as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

**13.2** Emitir “Anotação de Responsabilidade Técnica” referente à execução dos serviços, antes do efetivo início das atividades;

**13.3** Planejar os serviços de forma a não interferir no andamento normal das atividades desenvolvidas e em seu entorno;

**13.4** Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança no local dos serviços, assegurando que seus funcionários (de seu corpo técnico ou subcontratado) utilizem todos os equipamentos obrigatórios previstos em normativo oficial que disponha sobre proteção ao trabalhador contra acidentes do trabalho, especialmente o disposto nas normas NR-6, NR-10, NR-12, NR-18 e NR-35, sem prejuízo das demais Normas Regulamentadoras aplicáveis;

**13.5** Atender aos requisitos da Legislação Ambiental vigente quanto à armazenagem, emissões diversas, manuseio e descarte de resíduos que possam ser gerados quando da execução dos serviços, dando a devida destinação;

**13.6** Providenciar às suas expensas, qualquer cópia de documento ou planta de arquitetura que venham a ser necessários, não só para licitação como para assinatura do Contrato e execução dos serviços;

**13.7** Facilitar a ação da Fiscalização na inspeção da execução da obra em qualquer dia ou hora, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, inclusive de ordem administrativa;

**13.8** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, o resultado dos serviços objeto do Contrato em que se

verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais ou equipamentos inadequados ou não, correspondentes às especificações durante a execução dos serviços, bem como durante o prazo de garantia;

**13.9** Manter permanentemente no local da execução dos serviços equipe técnica suficiente, composta de profissionais habilitados e de capacidade comprovada que assuma perante a fiscalização, a responsabilidade técnica dos mesmos até a entrega DEFINITIVA, inclusive com poderes para deliberar sobre qualquer determinação de emergência que se torne necessária;

**13.10** Fornecer as máquinas, equipamentos, ferramentas, materiais, mão de obra (inclusive com os encargos sociais), insumos, transporte e tudo mais que seja necessário para a execução, a conclusão e a manutenção da obra, sejam eles definitivos ou temporários. Os custos relativos a esses itens deverão estar embutidos nos custos unitários dos serviços ou no BDI;

**13.11** Não causar transtornos ao fornecimento de água, energia elétrica, telefonia, lógica, sistema de captação de esgoto e águas pluviais da vizinhança;

**13.12** Manter todos os empregados devidamente uniformizados e com identificação apropriada;

**13.13** Os responsáveis técnicos deverão assumir pessoal e diretamente a execução dos serviços concernentes às suas respectivas áreas profissionais, incluindo a instrução do pessoal, conferência de medidas, elaboração de documentos complementares, garantia do cumprimento das Normas Técnicas de Engenharia e de Segurança do Trabalho e das especificações técnicas deste Projeto Básico, além do fiel cumprimento do prazo contratual e garantia da qualidade técnica;

**13.14** É expressamente vedada à CONTRATADA a veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;

**13.15** São expressamente vedadas à CONTRATADA a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE para qualquer serviço, durante a vigência do Contrato;

**13.16** Comunicar à FISCALIZAÇÃO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

**13.17** O laudo deverá ser elaborado e apresentado de forma precisa e completa, limpa e clara e deverão conter todos os elementos necessários para a perfeita compreensão e entendimento das soluções adotadas e técnicas utilizadas, bem como memorial da descritivo da recuperação estrutural;

**13.18** A CONTRATADA deve reservar o percentual de 20% (vinte por cento) de pessoas com deficiência durante toda a contratualidade, devendo observar que quando o preenchimento do referido percentual mínimo resultar em fração, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

#### **14. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

**14.1** Promover o cumprimento do Contrato e prover documentos necessários para sua execução;

**14.2** Dirimir eventuais dúvidas da CONTRATADA referentes aos serviços, Notas de Empenho etc.;

**14.3** Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer problemas verificados na execução dos serviços, Notas de Empenho e etc.;

**14.4** Permitir acesso dos funcionários da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços;

**14.5** Recusar qualquer material ou serviço entregue em desacordo com o especificado ou fora das condições contratuais ou do bom padrão de

acabamento e qualidade;

**14.6** Determinar à CONTRATADA a substituição de qualquer profissional vinculado a esta, cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse da Administração Pública;

**14.7** Certificar-se de efetuar os pagamentos devidos, nos termos estabelecidos.

**14.8** Designar servidor para acompanhar a empresa durante a vistoria técnica, mediante verificação do credenciamento do técnico, bem como atestar o comparecimento.

**14.9** Designar e informar à CONTRATADA, o fiscal do contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados.

**14.10** Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, na forma prevista na Lei nº 8.666/93, o exato cumprimento das cláusulas e condições contratuais e editalícias.

**14.11** Providenciar a aplicação das sanções administrativas à CONTRATADA quando couber em face dos termos do Contrato e das Leis Vigentes.

**14.12** Os serviços não aceitos pela fiscalização deverão ser refeitos pela CONTRATADA sem nenhum ônus adicional para o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

## **15. DA SUBCONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**15.1** Não será permitido subcontratar totalmente ou parcialmente, sob nenhum pretexto, os serviços objeto desta contratação.

## **16. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**16.1** A empresa interessada em participar do certame deverá apresentar, a título de habilitação, os seguintes documentos atualizados, relativos à Qualificação Técnica:

**16.1.1** Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;

**16.1.2** Atestado de Capacidade Técnica Operacional da Empresa fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado comprovando que a empresa prestou serviço de elaboração vistoria e perícia, com elaboração de laudo estrutural, com aparelhamento técnico e pessoal qualificado, dentro dos prazos, padrões de qualidade, certificações, segurança operacional esperado e que reúna as características relacionadas mínimas relacionadas:

**16.1.2.1** Edificação em concreto armado e fundação rasa ou profunda;

**16.1.2.2** Edificação com no mínimo 2.000 (dois mil) m<sup>2</sup> de área;

**16.1.3** Comprovante de que possui em seu quadro funcional Engenheiro Civil ou Arquiteto, com Certidão de Acervo Técnico – CAT – registrada junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU, em que constem registros de elaboração perícia técnica e laudo;

**16.2** A comprovação do vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante; do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; do contrato de prestação de serviços previsto na legislação civil; ou, ainda, da declaração de contratação futura de profissional, desde que acompanhada de

declaração de anuência do profissional;

**16.3** Os profissionais apresentados por ocasião das exigências dos itens anteriores deverão participar, necessariamente, como responsáveis técnicos pela execução dos serviços contratados, sendo admitida a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior.

## **17. DA VISTORIA TÉCNICA**

**17.1** A empresa poderá examinar as interferências existentes na área onde será implantada a edificação referente aos projetos executivos estruturais, através de visita ao local, conferindo os serviços para compor o seu preço, analisando todas as dificuldades, para a execução dos mesmos, objeto do presente termo;

**17.2** A vistoria técnica deverá ser agendada previamente com a Secretaria de Infraestrutura do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, nos horários de 09h00min às 13h00min pelo telefone (092) 3303-5248/5247;

**17.3** Caso a empresa opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração própria, de que conhece as condições locais para a execução do objeto.

## **18. DA AMOSTRA**

**18.1** Para esta licitação não será exigida a apresentação de amostras.

## **19. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

**19.1** Os serviços executados unicamente a partir da emissão da Ordem de Serviço e serão recebidos mediante a emissão dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo;

**19.1.1** O Recebimento Provisório se dará quando a Fiscalização receber o objeto, provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade das especificações mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita pela CONTRATADA de que o objeto contratado foi concluído. A conclusão do objeto contratado é definida como a execução total de todos os serviços e a entrega de todos os serviços definidos nas especificações técnicas, apresentando-se o objeto contratado pronto para uso pelo TJAM;

**19.1.2** O Recebimento Definitivo se dará quando a Fiscalização receber o objeto, definitivamente, em prazo a ser estipulado, não sendo inferior a 03 (três) dias corridos, nem superior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data do Recebimento Provisório, mediante termo circunstanciado, após a verificação pela fiscalização do cumprimento de todas as especificações estabelecidas no item 5 deste Termo de Referência.

## **20. DO PAGAMENTO**

**20.1** O pagamento dos serviços será efetuado integralmente obedecendo aos seguintes critérios:

**20.1.1** Entrega da nota fiscal, devidamente atestada pelo órgão competente do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS;

**20.1.2** Atesto da fiscalização do Contrato de que o serviço foi executado na forma avençada;

**20.1.3** Entrega de cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica paga e devidamente assinada pelo Responsável Técnico dos serviços;

## **21. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

**21.1** Todos os serviços executados pela empresa CONTRATADA serão acompanhados e fiscalizados pela Secretaria de Infraestrutura do TJAM, com autoridade para exercer em nome do Tribunal de Justiça toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços;

**21.2** A CONTRATADA não poderá, em hipótese nenhuma, iniciar os serviços contratados, sem prévia emissão pela Fiscalização do TJAM, da correspondente Ordem de Serviço;

**21.3** A FISCALIZAÇÃO compete, entre outras atribuições:

**21.3.1** Verificar a conformidade da execução dos serviços com as normas especificadas e se os procedimentos, equipamentos, softwares e ferramentas empregadas são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

**21.3.2** Ordenar à CONTRATADA que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições, baixo rendimento ou desempenho e/ou que estejam em desacordo com as especificações presentes nesse Termo de Referência;

**21.4** A ação da fiscalização exercida pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, não desobriga a empresa CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

**21.5** À fiscalização caberá o direito de rejeitar os serviços (projetos, estudos e ensaios) que não satisfaçam aos padrões especificados nas normas técnicas, especificações dos fabricantes e melhores práticas de mercado relacionadas a cálculo estrutural.

## **22. DA GARANTIA**

**22.1** O prazo de garantia dos serviços objetos deste Termo de Referência será de 01 (um) ano contado do Recebimento Definitivo do objeto;

**22.2** No prazo de garantia estipulado, a CONTRATADA estará obrigada a refazer os serviços que apresentarem defeitos ou estiverem em desacordo com o estabelecido nas especificações técnicas deste Termo de Referência, às suas expensas, sem ônus para a CONTRATANTE;

**22.3** As medidas corretivas que venham a se fazer necessárias durante o prazo de garantia estipulado no item anterior deverão ser executadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do primeiro dia útil subsequente àquele do recebimento da notificação expedida pela CONTRATANTE;

**22.4** Não será necessária, a apresentação de garantia contratual para o objeto deste Termo de Referência.

Manaus, data registrada no sistema

**Ricardo Corrêa da Costa**

Diretor de Manutenção  
SEINF / TJAM

**Rommel Pinheiro Akel**

Secretário de Infraestrutura



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO CORREA DA COSTA, Diretor(a)**, em 07/08/2023, às 22:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROMMEL PINHEIRO AKEL, Secretário(a)**, em 14/08/2023, às 12:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1162094** e o código CRC **88585A6F**.

## ANEXO I

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaro, em atendimento ao previsto no Edital de pregão nº \_\_\_\_/20\_\_, que eu, \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, representante da empresa \_\_\_\_\_, estabelecida no(a) \_\_\_\_\_, como seu(ua) representante legal para os fins da presente declaração, compareci perante o representante do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e vistoriei os locais onde serão executados os serviços objeto da licitação em apreço, tomando plena ciência das condições e grau de dificuldades existentes.

Manaus, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura e carimbo)

Nome do Representante

Nome da Empresa

CNPJ/MF nº

Visto:

\_\_\_\_\_  
Representante do TJ/AM

(Nome completo e matrícula)

Observação: Emitir em papel que identifique a licitante.



**TABELA DE ÁREAS - SUBSOLO**

LOCAL	ÁREA
ARQUIVO PÚBLICO	193,74m <sup>2</sup>
DEPÓSITO DE ARMAS	54,76m <sup>2</sup>
DEPÓSITO PÚBLICO RECEP.	29,07m <sup>2</sup>
DEPÓSITO PÚBLICO	52,25m <sup>2</sup>
ARO MATERIAIS APREENDIDOS	131,95m <sup>2</sup>
ELEVADORES	9,72m <sup>2</sup>
DEPÓSITO DE ÁGUA POTÁVEL	21,43m <sup>2</sup>
MANUTENÇÃO	43,02m <sup>2</sup>
GARAGEM MAGISTRADOS	579,62m <sup>2</sup>
BOMBA 01, 02 E 03	29,33m <sup>2</sup>
SERVIÇOS GERAIS J.F.	43,02m <sup>2</sup>
ARQUIVO PÚBLICO	85,59m <sup>2</sup>
GUARITA	3,96m <sup>2</sup>
VESTIÁRIO F. E. M. J.F.	50,72m <sup>2</sup>
GERADOR DE EMERGÊNCIA	54,01m <sup>2</sup>
SUBESTAÇÃO	71,57m <sup>2</sup>
CELA FEMININA 01 E 02	18,60m <sup>2</sup>
CELA MASCULINA 01 E 02	48,13m <sup>2</sup>
APOIO CUSTÓDIA	22,34m <sup>2</sup>
SALA J.F.	27,93m <sup>2</sup>
COPA/REFEITÓRIO J.F.	42,98m <sup>2</sup>
CIRCULAÇÃO DETENTOS	9,33m <sup>2</sup>
DEPÓSITO PATRIMÔNIO	171,78m <sup>2</sup>
PATRIMÔNIO	44,04m <sup>2</sup>
ALMOXARIFADO	238,41m <sup>2</sup>
DEPÓSITOS 01 E 02	66,81m <sup>2</sup>
CIRCULAÇÃO 01,02,03,04 E 05	381,68m <sup>2</sup>
BANHEIROS - WC	33,84m <sup>2</sup>
ESCALADA	50,62m <sup>2</sup>
TOTAL SUBSOLO	2.610,26m <sup>2</sup>

PLANTA BAIXA - SUBSOLO  
1:200

**LEGENDA**

SÍMBOLO	DESCRIÇÃO
	EXTINTOR PORTÁTIL DE PÓ QUÍMICO PQ ABC 2-A20-BC
	EXTINTOR PORTÁTIL DE ÁGUA PRESSURIZADA (H2O) - 10L / 2A
	TUBO DE INCÊNDIO, FG 2 1/2", SEM COSTURA
	HIDRANTE DE PAREDE NO INTERIOR DO ABRIGO - #40MM, TIPO II, 2 LANCES DE MANGUEIRAS DE 15M
	ACIONADOR MANUAL DE BOMBA, INSTALADO À 1,20m DO PISO.
	AVISADOR SONORO MECÂNICO/ ELETRÔNICO, INSTALADO À 2,20m DO PISO
	ROTA DE FUGA - DIREÇÃO DA SAÍDA
	ROTA DE FUGA - DIREÇÃO A SEGUIR
	BLOCO AUTÔNOMO PARA ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA COM 2 LAMPADAS HALÓGENAS DE 55W, COM BATERIA DE 12V DE SOBREPÓS
	PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
	REGISTRO DE RECALQUE SEM VÁLVULA DE RETENÇÃO
	CENTRAL DE DETECÇÃO E ALARME
	BATERIA DE ACUMULADORES PARA O SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME
	BOTOEIRA DE ACIONAMENTO MANUAL DAS BOMBAS DE INCÊNDIO, INSTALADO À 1,20m DO PISO.
	BOMBA DE INCÊNDIO
	RESERVA TÉCNICA DE INCÊNDIO
	BARRA ANTIPÂNICO
	DETECTOR ÓPTICO DE FUMAÇA ENDEREÇÁVEL.

**CONTROLE DE MATERIAS DE ACABAMENTO E REVESTIMENTO - CMAR**

LOCAL	MATERIAL	CLASSIFICAÇÃO
SALAS / CIRC. / WCs	PORCELANATO	CLASSE I
ESCALADA PRINCIPAL	GRANITO / ALVENARIA	CLASSE I
ESCALADA DE EMERGÊNCIA	AÇO	CLASSE I
PAREDES E DIVISÓRIAS		
SALAS (INTERNO)	GESSO ACARTONADO	CLASSE II-A
SALAS (EXTERNO)	ALVENARIA	CLASSE I
SALAS (FRENTE)	VIDRO TEMPERADO	CLASSE I
BANHEIROS (INTERNO)	GRANITO	CLASSE I
BANHEIROS (EXTERNO)	ALVENARIA	CLASSE I
TETO		
HALL / CIRCULAÇÃO / WCs	GESSO ACARTONADO	CLASSE II-A

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO**

DECLARAMOS SOB AS PENAS DA LEI, ESTAR CUMPRINDO TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA DE MANAUS, COMPROMETENDO-SE A COMPROVAR TAL AFIRMAÇÃO QUANDO DA OBTENÇÃO DO HABITE-SE, SOB AS PENAS DE NÃO OBTÊ-LO.

COMPROMETO-ME AINDA, TER CIÊNCIA QUÀ A APROVAÇÃO DO PROJETO E INTRODUÇÃO DAS MODIFICAÇÕES NECESSÁRIAS À SUA APROVAÇÃO, NÃO ME EXIME DAS RESPONSABILIDADES ESTABELECIDAS PELAS NORMAS, REGULAMENTOS E LEGISLAÇÃO PERTINENTE ÀS ATIVIDADES PROFISSIONAIS.

CONFORME ART. 1º, §1º, INCISO V E ART. 2º, §2º, LEI 858/05



PROPRIETÁRIO: **FÓRUM MIN. HENOCH REIS**

NATUREZA: \_\_\_\_\_

OBRA: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: **Av. Paraíba - São Francisco, Manaus - AM**

ASSUNTO: **PLANTA BAIXA - SUBSOLO**

ESCALA: \_\_\_\_\_ DATA: 08/2022 R.R.T.: \_\_\_\_\_

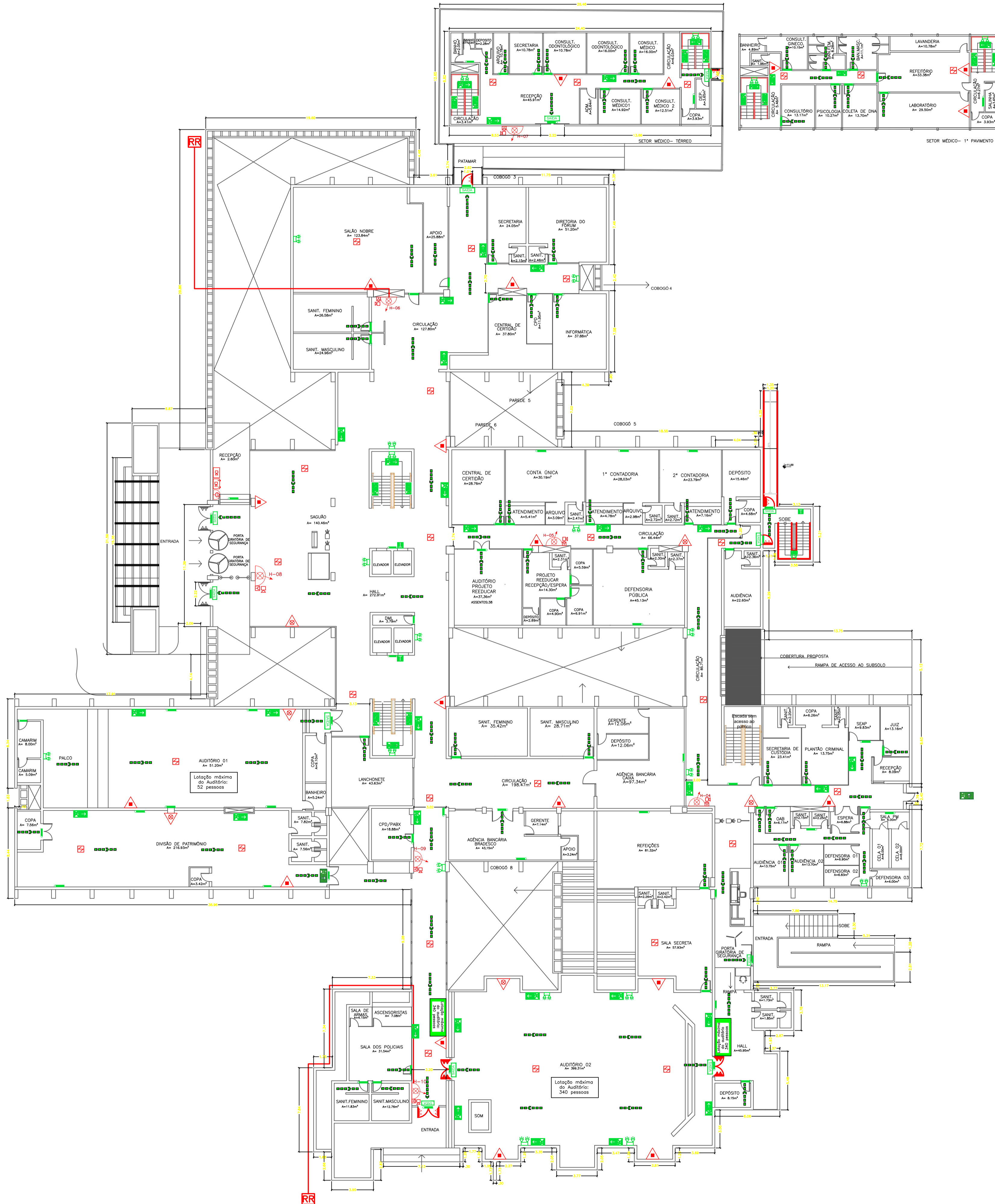
DESENHO: 01 LOTE: 00 CADASTRO: \_\_\_\_\_

ÁREA CONSTRUIDA: 19.728,74m<sup>2</sup> REVISÃO: 00

REV	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO	APROVAÇÃO

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS

TABELA DE ÁREAS - TÉRREO	
LOCAL	ÁREA
SETOR MÉDICO	207,65m <sup>2</sup>
SALÃO NOBRE	123,84m <sup>2</sup>
APOIO	25,88m <sup>2</sup>
SECRETARIA	24,05m <sup>2</sup>
DIRETORIA DO FÓRUM	4,71m <sup>2</sup>
ELEVADORES	9,72m <sup>2</sup>
SANITÁRIOS FEM. e MASC.	121,01m <sup>2</sup>
CENTRAL DE CERTIDÃO	37,80m <sup>2</sup>
CPD	11,95m <sup>2</sup>
INFORMÁTICA	37,88m <sup>2</sup>
SALGÃO	140,46m <sup>2</sup>
HALL 01	272,71m <sup>2</sup>
SECRETARIA 01	70,77m <sup>2</sup>
SALA 01 E 02	11,36m <sup>2</sup>
ATENDIMENTO	4,72m <sup>2</sup>
SANITÁRIOS	33,64m <sup>2</sup>
COPAS	41,97m <sup>2</sup>
ASSESSOR/JUIZ	48,13m <sup>2</sup>
PLENÁRIO	41,47m <sup>2</sup>
SALA DE AUDIÊNCIA	25,97m <sup>2</sup>
SECRETARIA 03 E 04	59,85m <sup>2</sup>
RECEPÇÃO	6,93m <sup>2</sup>
GABINETE DE JUIZ 01,02,03	34,33m <sup>2</sup>
AR CONDICIONADO	4,91m <sup>2</sup>
AUDIÊNCIA	22,60m <sup>2</sup>
PALCO/CAMARIM	56,44m <sup>2</sup>
CIRCULA. 01,02,03,04 E 05	453,68m <sup>2</sup>
BANHEIROS - WC	33,84m <sup>2</sup>
ESCADAS	60,85m <sup>2</sup>
LANCHONETE	44,10m <sup>2</sup>
AUDITÓRIO	179,64
DML	3,79m <sup>2</sup>
SALA 03 E 04	24,12m <sup>2</sup>
AGÊNCIA BANC. CAIXA	45,54m <sup>2</sup>
SECRETARIA DE CUSTÓDIA	23,43m <sup>2</sup>
PLANTÃO CRIMINAL	13,75m <sup>2</sup>
ELEVADORES	17,12m <sup>2</sup>
SEAP	9,81m <sup>2</sup>
JUIZ 01 E 02	19,86m <sup>2</sup>
SALA 05	8,45m <sup>2</sup>
DIVISÃO DE PATRIMÔNIO	216,93m <sup>2</sup>
BANH. FEM. MAS. PATRIM.	23,10m <sup>2</sup>
CPD/PABX	19,00m <sup>2</sup>
SALA ATEND.	10,86m <sup>2</sup>
REFEIÇÕES	81,32m <sup>2</sup>
SALA SECRETA C/ SANIT.	62,45m <sup>2</sup>
AUDIÊNCIA 01 E 02	27,45m <sup>2</sup>
GAB	6,17m <sup>2</sup>
CELA 01 E 02	12,00m <sup>2</sup>
DEFENSORIA 01,02 E 03	20,58m <sup>2</sup>
SANIT. CELA	6,01m <sup>2</sup>
SALA PM	6,00m <sup>2</sup>
B.W MASC. C/SANIT	5,35m <sup>2</sup>
B.W FEM. C/SANIT	5,23m <sup>2</sup>
SALA DE ARMAS	4,15m <sup>2</sup>
ASCENSORISTAS	7,08m <sup>2</sup>
SALA DOS POLICIAIS	31,54m <sup>2</sup>
SANIT. POLICIAIS	24,59m <sup>2</sup>
ENTRADA	41,27m <sup>2</sup>
AUDITÓRIO	399,31m <sup>2</sup>
DEPÓSITO	8,15m <sup>2</sup>
HALL 02	45,95m <sup>2</sup>
TOTAL TÉRREO	3.455,77m <sup>2</sup>



LEGENDA

SÍMBOLO	DESCRIÇÃO
	EXTINTOR PORTÁTIL DE PÓ QUÍMICO PQ ABC 2-A-20-BC
	EXTINTOR PORTÁTIL DE ÁGUA PRESSURIZADA (H2O) - 10L / 2A
	TUBO DE INCÊNDIO, FG 2 1/2", SEM COSTURA
	HIDRANTE DE PAREDE NO INTERIOR DO ABRIGO - #40MM, TÍPO II, 2 LANCES DE MANGUEIRAS DE 15M
	ACIONADOR MANUAL DE BOMBA, INSTALADO A 1,20m DO PISO.
	AVISADOR SONORO MECÂNICO/ ELETRÔNICO, INSTALADO A 2,20m DO PISO
	ROTA DE FUGA - DIREÇÃO DA SAÍDA
	ROTA DE FUGA - DIREÇÃO A SEGUIR
	BLOCO AUTÔNOMO PARA ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA COM 2 LAMPADAS HALÓGENAS DE 55W, COM BATERIA DE 12V DE SOBREPÓS
	PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
	REGISTRO DE RECALQUE SEM VÁLVULA DE RETENÇÃO
	CENTRAL DE DETECÇÃO E ALARME
	BATERIA DE ACUMULADORES PARA O SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME
	BOTEIRA DE ACIONAMENTO MANUAL DAS BOMBAS DE INCÊNDIO, INSTALADO A 1,20m DO PISO.
	BOMBA DE INCÊNDIO
	RESERVA TÉCNICA DE INCÊNDIO
	BARRA ANTIPÂNICO
	DETECTOR ÓPTICO DE FUMAÇA ENDEREÇÁVEL.

CONTROLE DE MATERIAS DE ACABAMENTO E REVESTIMENTO - CMAR

LOCAL	MATERIAL	CLASSIFICAÇÃO
SALAS / CIRC. / WCs	PORCELANATO	CLASSE I
ESCALA PRINCIPAL	GRANITO / ALVENARIA	CLASSE I
ESCALA DE EMERGÊNCIA	AÇO	CLASSE I
PAREDES E DIVISÓRIAS		
SALAS (INTERNO)	GESSO ACARTONADO	CLASSE II-A
SALAS (EXTERNO)	ALVENARIA	CLASSE I
SALAS (FRENTE)	VIDRO TEMPERADO	CLASSE I
BANHEIROS (INTERNO)	GRANITO	CLASSE I
BANHEIROS (EXTERNO)	ALVENARIA	CLASSE I
TETO		
HALL / CIRCULAÇÃO / WCs	GESSO ACARTONADO	CLASSE II-A

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

DECLARAMOS SOB AS PENAS DA LEI, ESTAR CUMPRINDO TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA DE MANAUS, COMPROMETENDO-SE A COMPROVAR TAL AFIRMAÇÃO QUANDO DA OBTENÇÃO DO HABITE-SE. SOB AS PENAS DE NÃO OBTÊ-LO.  
 COMPROMETO-ME AINDA, TER GÊNCIA QUÀ A APROVAÇÃO DO PROJETO E INTRODUÇÃO DAS MODIFICAÇÕES NECESSÁRIAS À SUA APROVAÇÃO, NÃO ME EXIME DAS RESPONSABILIDADES ESTABELECIDAS PELAS NORMAS, REGULAMENTOS E LEGISLAÇÃO PERTINENTE ÀS ATIVIDADES PROFISSIONAIS.

CONFORME ART. 1º, §1º, INCISO V E ART. 2º, §2º, LEI 858/05

SECRETÁRIO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO



PROPRIETÁRIO:  
**FÓRUM MIN. HENOCH REIS**

NATUREZA:  
 OBRA:  
 ENDEREÇO: Av. Paraíba - São Francisco, Manaus - AM

ASSUNTO: PLANTA BAIXA - TÉRREO

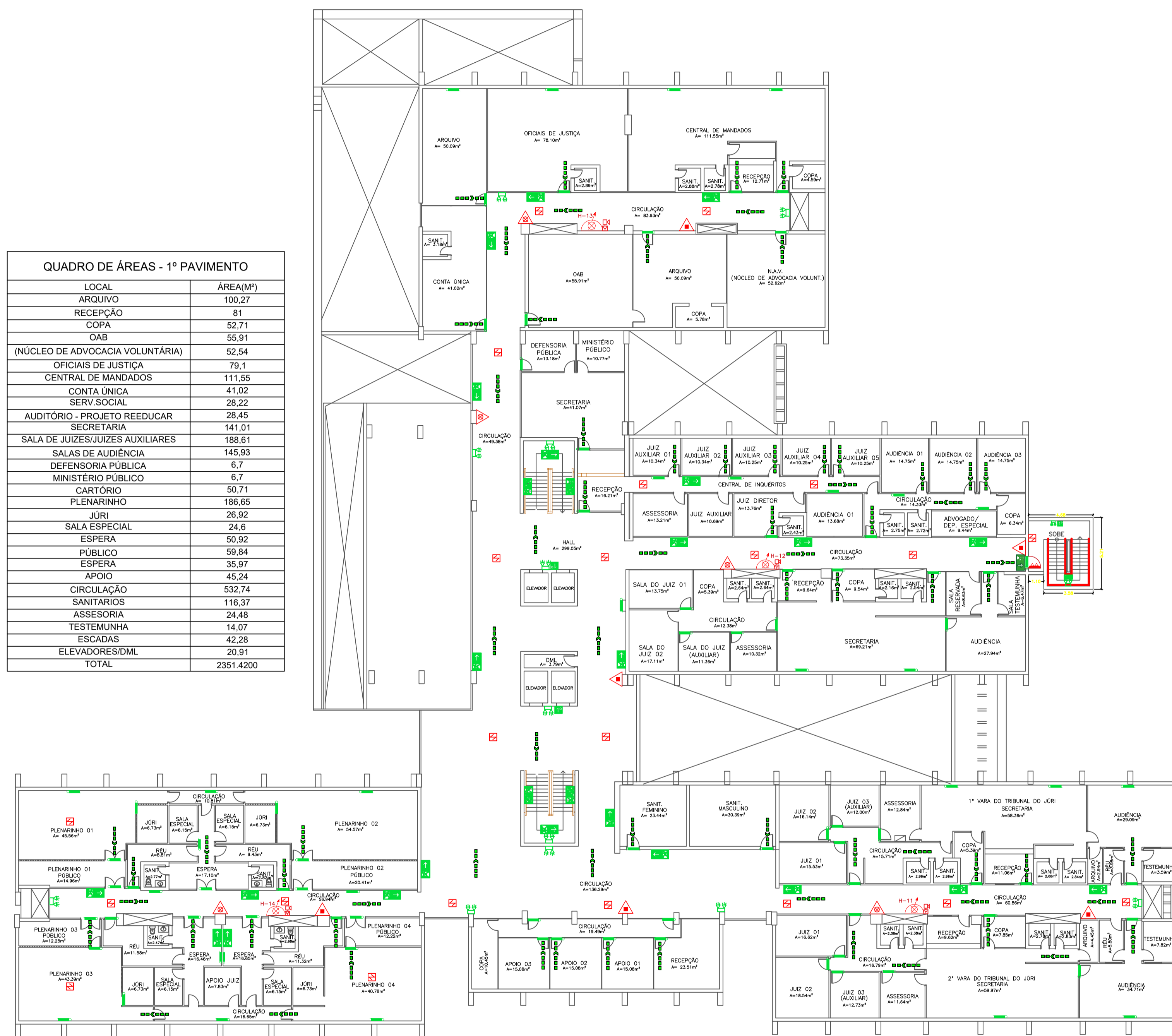
ESCALA:	INDICADA	DATA:	08/2022	R.T.:
DESENHO:	01	LOTE:	00	CADASTRO
ÁREA CONSTRUIDA:	19.728,74m <sup>2</sup>	REVISÃO:	00	

REV	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO	APROVAÇÃO

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS

PLANTA BAIXA - TÉRREO  
 1:200

QUADRO DE ÁREAS - 1º PAVIMENTO	
LOCAL	ÁREA(M²)
ARQUIVO	100,27
RECEPÇÃO	81
COPA	52,71
OAB	55,91
(NÚCLEO DE ADVOCACIA VOLUNTARIA)	52,54
OFICIAIS DE JUSTIÇA	79,1
CENTRAL DE MANDADOS	111,55
CONTA ÚNICA	41,02
SERV SOCIAL	28,22
AUDITÓRIO - PROJETO REEDUCAR	28,45
SECRETARIA	141,01
SALA DE JUIZES/JUIZES AUXILIARES	188,61
SALAS DE AUDIÊNCIA	145,93
DEFENSORIA PÚBLICA	6,7
MINISTÉRIO PÚBLICO	6,7
CARTÓRIO	50,71
PLENARÍNHO	186,65
JÚRI	26,92
SALA ESPECIAL	24,6
ESPERA	50,92
PÚBLICO	59,84
ESPERA	35,97
APOIO	45,24
CIRCULAÇÃO	532,74
SANITÁRIOS	116,37
ASSESSORIA	24,48
TESTEMUNHA	14,07
ESCADAS	42,28
ELEVADORES/DML	20,91
TOTAL	2351,4200



LEGENDA

SÍMBOLO	DESCRIÇÃO
	EXTINTOR PORTÁTIL DE PÓ QUÍMICO PQ ABC 2-A-20-BC
	EXTINTOR PORTÁTIL DE ÁGUA PRESSURIZADA (H2O) - 10L / 2A
	TUBO DE INCÊNDIO, FG 2 1/2", SEM COSTURA
	HIDRANTE DE PAREDE NO INTERIOR DO ABRIGO - Ø40MM, TIPO II, 2 LANCES DE MANGUEIRAS DE 15M
	ACIONADOR MANUAL DE BOMBA, INSTALADO À 1,20m DO PISO.
	AVISADOR SONORO MECÂNICO/ ELETRÔNICO, INSTALADO À 2,20m DO PISO
	ROTA DE FUGA - DIREÇÃO DA SAÍDA
	ROTA DE FUGA - DIREÇÃO A SEGUIR
	BLOCO AUTÔNOMO PARA ILUMINAÇÃO DE EMERGENCIA COM 2 LÂMPADAS HALÓGENAS DE 55W, COM BATERIA DE 12V DE SOBREPÓS
	PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGENCIA
	REGISTRO DE RECALQUE SEM VÁLVULA DE RETENÇÃO
	CENTRAL DE DETECÇÃO E ALARME
	BATERIA DE ACUMULADORES PARA O SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME
	BOMBA DE INCÊNDIO
	RESERVA TÉCNICA DE INCÊNDIO
	BARRA ANTIPÂNICO
	DETECTOR ÓPTICO DE FUMAÇA ENDEREÇÁVEL.

CONTROLE DE MATERIAS DE ACABAMENTO E REVESTIMENTO - CMAR

LOCAL	MATERIAL	CLASSIFICAÇÃO
SALAS / CIRC. / WCs	PORCELANATO	CLASSE I
ESCADA PRINCIPAL	GRANITO / ALVENARIA	CLASSE I
ESCADA DE EMERGENCIA	AÇO	CLASSE I
PAREDES E DIVISÓRIAS		
SALAS (INTERNO)	GESSO ACARTONADO	CLASSE II-A
SALAS (EXTERNO)	ALVENARIA	CLASSE I
SALAS (FRENTE)	VIDRO TEMPERADO	CLASSE I
BANHEIROS (INTERNO)	GRANITO	CLASSE I
BANHEIROS (EXTERNO)	ALVENARIA	CLASSE I
TETO		
HALL / CIRCULAÇÃO / WCs	GESSO ACARTONADO	CLASSE II-A

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO**

DECLARAMOS SOB AS PENAS DA LEI, ESTAR CUMPRINDO TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA DE MANAUS, COMPROMETENDO-SE A COMPROVAR TAL AFIRMAÇÃO QUANDO DA OBTENÇÃO DO HABITE-SE. SOB AS PENAS DE NÃO OBTÊ-LO.

COMPROMETO-ME AINDA, TER CIÊNCIA QUA A APROVAÇÃO DO PROJETO E INTRODUÇÃO DAS MODIFICAÇÕES NECESSÁRIAS A SUA APROVAÇÃO, NÃO ME EXIME DAS RESPONSABILIDADES ESTABELECIDAS PELAS NORMAS, REGULAMENTOS E LEGISLAÇÃO PERTINENTE ÀS ATIVIDADES PROFISSIONAIS.

CONFORME ART. 1º, §1º, INCISO V E ART. 2º, §2º, LEI 858/05



PROPRIETÁRIO:  
**FÓRUM MIN. HENOCH REIS**

NATUREZA:

OBRA:

ENDEREÇO: Av. Paraiba - São Francisco, Manaus - AM

ASSUNTO: PLANTA BAIXA - 1º PAVIMENTO FOLHA N.º

ESCALA: INDICADA DATA: 08/2022 R.R.T.:

DESENHO: 01 LOTE: 00 CADASTRO

ÁREA CONSTRUÍDA: 19.728,74m² REVISÃO: 00

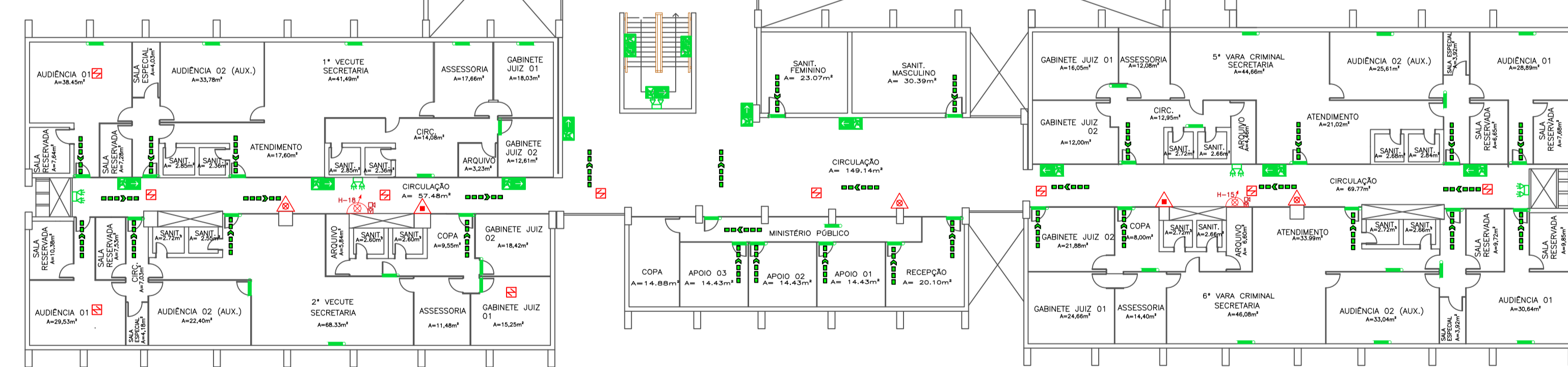
REV	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO	APROVAÇÃO

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS

FORMATO A1: 840x594mm

PLANTA BAIXA - 1º PAVIMENTO  
1:200

QUADRO DE ÁREAS - 2º PAVIMENTO	
LOCAL	ÁREA(M²)
AUDIÊNCIA	416,31
ASSESSORIA	96,97
SECRETARIA	511,08
RECEPÇÃO	261,63
SALA DE APOIO	147,51
JUIZ	199,54
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS	10,67
PRESIDÊNCIA	18,91
COPA	56,62
TESOURARIA	27,03
CARTÓRIO	234,27
ARQUIVO	6,12
BRINQUEDOTECA	43,31
SANITÁRIO	135,87
CIRCULAÇÃO	514,51
REUNIÃO	24,25
ESCADAS	42,28
ELEVADORES/DML	20,91
DEPÓSITO	15,04
TOTAL	2782,8300



LEGENDA

SÍMBOLO	DESCRIÇÃO
	EXTINTOR PORTÁTIL DE PÓ QUÍMICO PQ ABC 2-A-20-BC
	EXTINTOR PORTÁTIL DE ÁGUA PRESSURIZADA (H2O) - 10L / 2A
	TUBO DE INCÊNDIO, FG 2 1/2", SEM COSTURA
	HIDRANTE DE PAREDE NO INTERIOR DO ABRIGO - Ø40MM, TIPO II, 2 LANÇAS DE MANGUEIRAS DE 15M
	ACIONADOR MANUAL DE BOMBA, INSTALADO À 1,20m DO PISO.
	AVISADOR SÔNORO MECÂNICO/ ELETRÔNICO, INSTALADO À 2,20m DO PISO
	ROTA DE FUGA - DIREÇÃO DA SAÍDA
	ROTA DE FUGA - DIREÇÃO A SEGUIR
	BLOCO AUTÔNOMO PARA ILUMINAÇÃO DE EMERGENCIA COM 2 LÂMPADAS HALÓGENAS DE 55W, COM BATERIA DE 12V DE SOBREPÓS
	PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGENCIA
	REGISTRO DE RECALQUE SEM VÁLVULA DE RETENÇÃO
	CENTRAL DE DETECÇÃO E ALARME
	BATERIA DE ACUMULADORES PARA O SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME
	BOTÃO DE ACIONAMENTO MANUAL DAS BOMBAS DE INCÊNDIO, INSTALADO À 1,20m DO PISO.
	BOMBA DE INCÊNDIO
	RESERVA TÉCNICA DE INCÊNDIO
	BARRA ANTIPÂNICO
	DETECTOR ÓPTICO DE FUMAÇA ENDEREÇÁVEL.

CONTROLE DE MATERIAS DE ACABAMENTO E REVESTIMENTO - CMAR		
LOCAL	PISO	CLASSIFICAÇÃO
SALAS / CIRC. / WCs	PORCELANATO	CLASSE I
ESCALA PRINCIPAL	GRANITO / ALVENARIA	CLASSE I
ESCALA DE EMERGENCIA	AÇO	CLASSE I
PAREDES E DIVISÓRIAS		
SALAS (INTERNO)	GESSO ACARTONADO	CLASSE II-A
SALAS (EXTERNO)	ALVENARIA	CLASSE I
SALAS (FRENTE)	VIDRO TEMPERADO	CLASSE I
BANHEIROS (INTERNO)	GRANITO	CLASSE I
BANHEIROS (EXTERNO)	ALVENARIA	CLASSE I
TETO		
HALL / CIRCULAÇÃO / WCs	GESSO ACARTONADO	CLASSE II-A

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO**

DECLARAMOS SOB AS PENAS DA LEI, ESTAR CUMPRINDO TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA DE MANAUS, COMPROMETENDO-SE A COMPROVAR TAL AFIRMAÇÃO QUANDO DA OBTENÇÃO DO HABITE-SE. SOB AS PENAS DE NÃO OBTÊ-LO.

COMPROMETO-ME AINDA, TER CIÊNCIA QUA A APROVAÇÃO DO PROJETO E INTRODUÇÃO DAS MODIFICAÇÕES NECESSÁRIAS A SUA APROVAÇÃO, NÃO ME EXIME DAS RESPONSABILIDADES ESTABELECIDAS PELAS NORMAS, REGULAMENTOS E LEGISLAÇÃO PERTINENTE ÀS ATIVIDADES PROFISSIONAIS.

CONFORME ART. 1º, §1º, INCISO V E ART. 2º, §2º, LEI 858/05



PROPRIETÁRIO:

**FÓRUM MIN. HENSOCH REIS**

NATUREZA:

OBRA:

ENDEREÇO: Av. Paraiba - São Francisco, Manaus - AM

ASSUNTO: PLANTA BAIXA - 2º PAVIMENTO

ESCALA: INDICADA DATA: 08/2022 R.R.T.: CADASTRO

DESENHO: 01 LOTE: 00

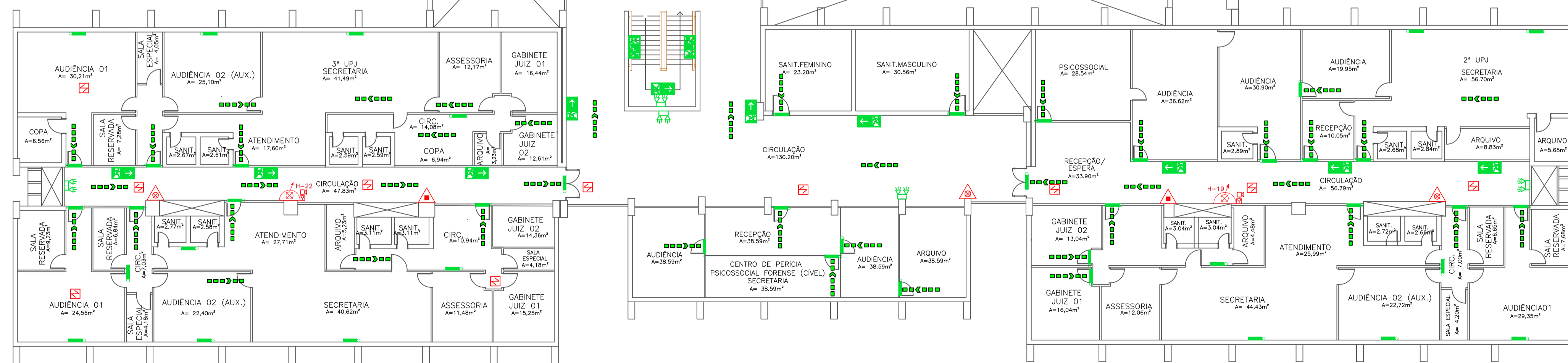
ÁREA CONSTRUÍDA: 19.728,74m² REVISÃO: 00

REV	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO	APROVAÇÃO

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS

PLANTA BAIXA - 2º PAVIMENTO  
1:150

QUADRO DE ÁREAS - 3º PAVIMENTO	
LOCAL	ÁREA
PSICOSSOCIAL	242,76M <sup>2</sup>
ATENDIMENTO/RECEPÇÃO	211,57M <sup>2</sup>
SECRETARIA/DIRETORIA	500,51M <sup>2</sup>
JUIZ	214,99M <sup>2</sup>
ASSESSORIA	98,18M <sup>2</sup>
AUDIÊNCIA	506,09M <sup>2</sup>
GABINETE DE RELAÇÃO INSTITUCIONAL DA POLÍTICA JUDICIÁRIA	23,07M <sup>2</sup>
ARQUIVO/COPA	122,22M <sup>2</sup>
SALA RESERVADA/SALA ESPECIAL	18,8M <sup>2</sup>
SANITÁRIO	133,4M <sup>2</sup>
CIRCULAÇÃO	515,34M <sup>2</sup>
ESCADAS	42,28M <sup>2</sup>
ELEVADORES/DML	20,91M <sup>2</sup>
TOTAL	2650,1200M <sup>2</sup>



PLANTA BAIXA - 3º PAVIMENTO  
1:150

LEGENDA

SÍMBOLO	DESCRIÇÃO
	EXTINTOR PORTÁTIL DE PÓ QUÍMICO PG ABC 2-A-20-BC
	EXTINTOR PORTÁTIL DE ÁGUA PRESSURIZADA (H2O) - 10L / 2A
	TUBO DE INCÊNDIO, FG 2 1/2", SEM COSTURA
	HIDRANTE DE PAREDE NO INTERIOR DO ABRIGO - Ø40MM, TIPO II, 2 LANÇAS DE MANGUEIRAS DE 15M
	ACIONADOR MANUAL DE BOMBA, INSTALADO A 1,20m DO PISO.
	AVISADOR SONORO MECÂNICO/ ELETRÔNICO, INSTALADO A 2,20m DO PISO.
	ROTA DE FUGA - DIREÇÃO DA SAÍDA
	ROTA DE FUGA - DIREÇÃO A SEGUIR
	BLOCO AUTÔNOMO PARA ILUMINAÇÃO DE EMERGENCIA COM 2 LAMPADAS HALÓGENAS DE 55W, COM BATERIA DE 12V DE SOBREPÓS
	PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGENCIA
	REGISTRO DE RECALQUE SEM VÁLVULA DE RETENÇÃO
	CENTRAL DE DETECÇÃO E ALARME
	BATERIA DE ACUMULADORES PARA O SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME
	BOTOEIRA DE ACIONAMENTO MANUAL DAS BOMBAS DE INCÊNDIO, INSTALADO A 1,20m DO PISO.
	BOMBA DE INCÊNDIO
	RESERVA TÉCNICA DE INCÊNDIO
	BARRA ANTIPÂNICO
	DETECTOR ÓPTICO DE FUMAÇA ENDEREÇÁVEL.

CONTROLE DE MATERIAS DE ACABAMENTO E REVESTIMENTO - CMAR		
LOCAL	MATERIAL	CLASSIFICAÇÃO
SALAS / CIRC. / WCs	PORCELANATO	CLASSE I
ESCALADA PRINCIPAL	GRANITO / ALVENARIA	CLASSE I
ESCALADA DE EMERGENCIA	ÃO	CLASSE I
	PAREDES E DIVISÓRIAS	
SALAS (INTERNO)	GESSO ACARTONADO	CLASSE II-A
SALAS (EXTERNO)	ALVENARIA	CLASSE I
SALAS (FRENTE)	VIDRO TEMPERADO	CLASSE I
BANHEIROS (INTERNO)	GRANITO	CLASSE I
BANHEIROS (EXTERNO)	ALVENARIA	CLASSE I
	TETO	
HALL / CIRCULAÇÃO / WCs	GESSO ACARTONADO	CLASSE II-A

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

DECLARAMOS SOB AS PENAS DA LEI, ESTAR CUMPRINDO TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA DE MANAUS, COMPROMETENDO-SE A COMPROVAR TAL AFIRMAÇÃO QUANDO DA OBTENÇÃO DO HABITE-SE. SOB AS PENAS DE NÃO OBTÊ-LO.  
 COMPROMETO-ME AINDA, TER CIÊNCIA QUÀ A APROVAÇÃO DO PROJETO E INTRODUÇÃO DAS MODIFICAÇÕES NECESSÁRIAS À SUA APROVAÇÃO, NÃO ME EXIME DAS RESPONSABILIDADES ESTABELECIDAS PELAS NORMAS, REGULAMENTOS E LEGISLAÇÃO PERTINENTE ÀS ATIVIDADES PROFISSIONAIS.

CONFORME ART. 1º, §1º, INCISO V E ART. 2º, §2º, LEI 858/05



PROPRIETÁRIO:  
**FÓRUM MIN. HENoch REIS**

NATUREZA:  
OBRA:

ENDEREÇO:  
Av. Paraiba - São Francisco, Manaus - AM

ASSUNTO:  
PLANTA BAIXA - 3º PAVIMENTO

ESCALA:  
INDICADA

DATA:  
08/2022

REVISÃO:  
00

REVISÃO:  
00

REVISÃO:  
00

REVISÃO:  
00

REVISÃO:  
00

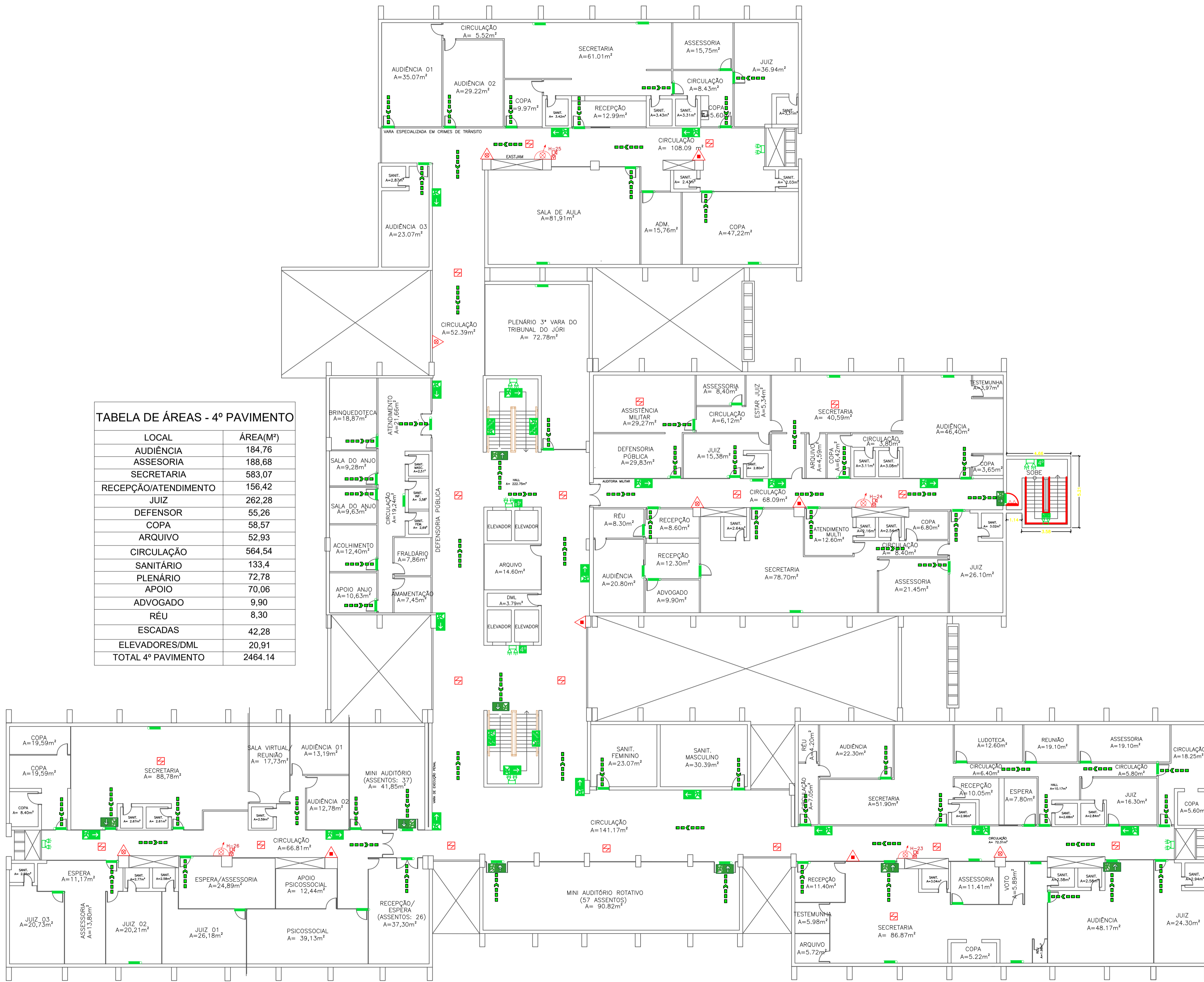
REVISÃO:  
00

REVISÃO:  
00

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS

TABELA DE ÁREAS - 4º PAVIMENTO

LOCAL	ÁREA(M²)
AUDIÊNCIA	184,76
ASSESSORIA	188,68
SECRETARIA	583,07
RECEPÇÃO/ATENDIMENTO	156,42
JUIZ	262,28
DEFENSOR	55,26
COPA	58,57
ARQUIVO	52,93
CIRCULAÇÃO	564,54
SANITÁRIO	133,4
PLENÁRIO	72,78
APOIO	70,06
ADVOGADO	9,90
RÉU	8,30
ESCADAS	42,28
ELEVADORES/DML	20,91
TOTAL 4º PAVIMENTO	2464,14



LEGENDA

SÍMBOLO	DESCRIÇÃO
	EXTINTOR PORTÁTIL DE PÓ QUÍMICO PQ ABC 2-A20-BC
	EXTINTOR PORTÁTIL DE ÁGUA PRESSURIZADA (H2O) - 10L / 2A
	TUBO DE INCÊNDIO, FG 2 1/2", SEM COSTURA
	HIDRANTE DE PAREDE NO INTERIOR DO ABRIGO - #40MM, TIPO II, 2 LANÇAS DE MANGUEIRAS DE 15M
	ACIONADOR MANUAL DE BOMBA, INSTALADO A 1,20m DO PISO.
	AVISADOR SONORO MECÂNICO/ ELETRÔNICO, INSTALADO A 2,20m DO PISO
	ROTA DE FUGA - DIREÇÃO DA SAÍDA
	ROTA DE FUGA - DIREÇÃO A SEGUIR
	BLOCO AUTÔNOMO PARA ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA COM 2 LAMPADAS HALOGENAS DE 55W, COM BATERIA DE 12V DE SOBREPÓS
	PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
	REGISTRO DE RECALQUE SEM VÁLVULA DE RETENÇÃO
	CENTRAL DE DETECÇÃO E ALARME
	BATERIA DE ACUMULADORES PARA O SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME
	BOTOEIRA DE ACIONAMENTO MANUAL DAS BOMBAS DE INCÊNDIO, INSTALADO A 1,20m DO PISO.
	BOMBA DE INCÊNDIO
	RESERVA TÉCNICA DE INCÊNDIO
	BARRA ANTIPÂNICO
	DETECTOR ÓPTICO DE FUMAÇA ENDEREÇÁVEL.

CONTROLE DE MATERIAS DE ACABAMENTO E REVESTIMENTO - CMAR

LOCAL	MATERIAL	CLASSIFICAÇÃO
SALAS / CIRC. / WCs	PORCELANATO	CLASSE I
ESCALADA PRINCIPAL	GRANITO / ALVENARIA	CLASSE I
ESCALADA DE EMERGÊNCIA	ÇO	CLASSE I
PAREDES E DIVISÓRIAS		
SALAS (INTERNO)	GESSO ACARTONADO	CLASSE II-A
SALAS (EXTERNO)	ALVENARIA	CLASSE I
SALAS (FRENTE)	VIDRO TEMPERADO	CLASSE I
BANHEIROS (INTERNO)	GRANITO	CLASSE I
BANHEIROS (EXTERNO)	ALVENARIA	CLASSE I
TETO		
HALL / CIRCULAÇÃO / WCs	GESSO ACARTONADO	CLASSE II-A

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

DECLARAMOS SOB AS PENAS DA LEI, ESTAR CUMPRINDO TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA DE MANAUS, COMPROMETENDO-SE A COMPROVAR TAL AFIRMAÇÃO QUANDO DA OBTENÇÃO DO HABITE-SE. SOB AS PENAS DE NÃO OBTÊ-LO.  
 COMPROMETO-ME AINDA, TER GÊNCIA QUÀ A APROVAÇÃO DO PROJETO E INTRODUÇÃO DAS MODIFICAÇÕES NECESSÁRIAS À SUA APROVAÇÃO, NÃO ME EXIME DAS RESPONSABILIDADES ESTABELECIDAS PELAS NORMAS, REGULAMENTOS E LEGISLAÇÃO PERTINENTE ÀS ATIVIDADES PROFISSIONAIS.

CONFORME ART. 1º, §1º, INCISO V E ART. 2º, §2º, LEI 858/05



PROPRIETÁRIO:

**FÓRUM MIN. HENOCH REIS**

NATUREZA:

OBRA:

ENDEREÇO: Av. Paraíba - São Francisco, Manaus - AM

ASSUNTO:

PLANTA BAIXA - 4º PAVIMENTO

FOLHA N.º

ESCALA:

INDICADA DATA: 08/2022 R.R.T.:

DESENHO:

LOTE: 00 CADASTRO:

ÁREA CONSTRUÍDA: 19.728,74m²

REVISÃO: 00

REV	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO	APROVAÇÃO

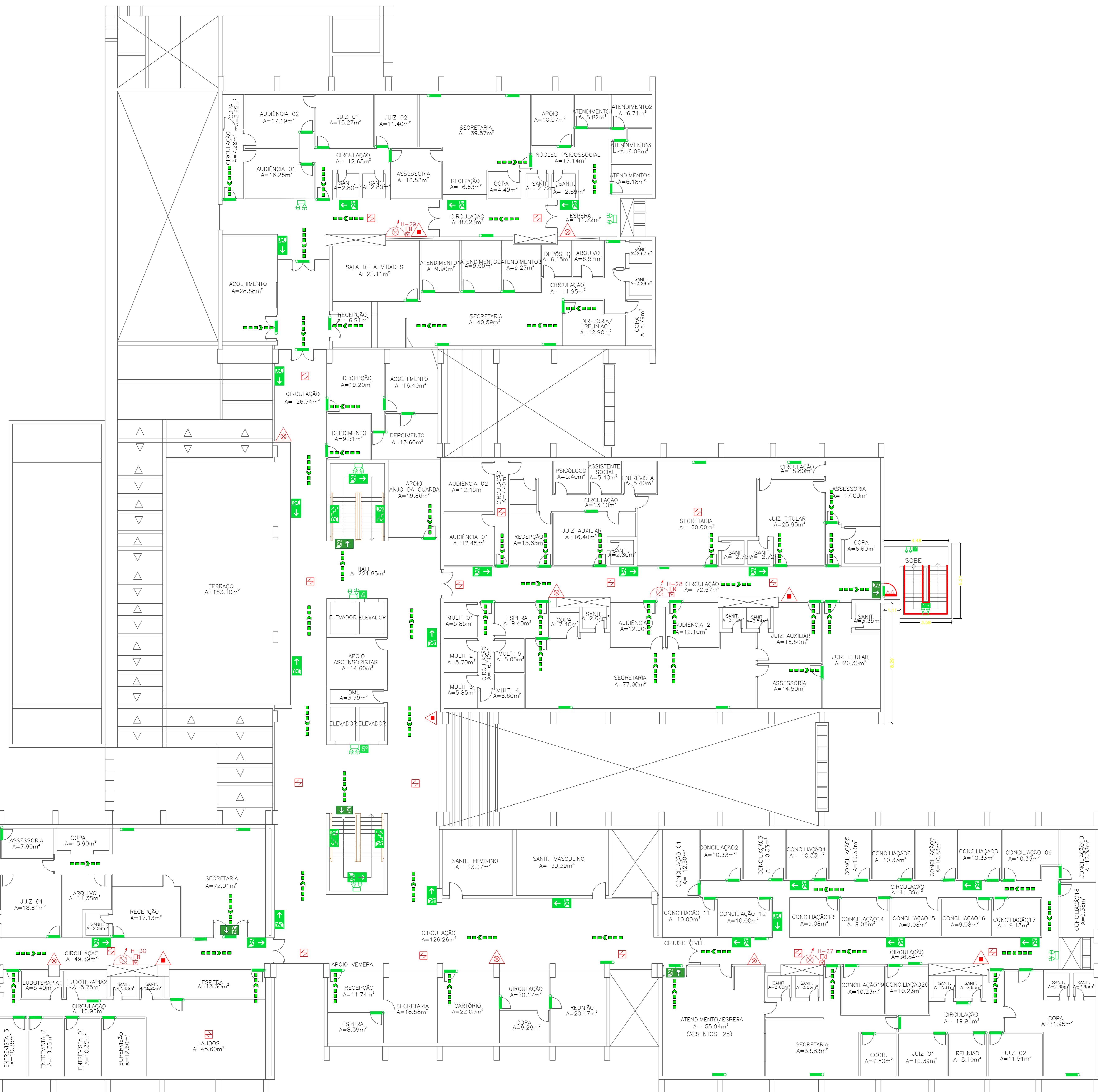
DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS

FORMATO A1: 840x594mm

PLANTA BAIXA - 4º PAVIMENTO  
1:150

TABELA DE ÁREAS - 5º PAVIMENTO

LOCAL	ÁREA(M²)
AUDIÊNCIA 01 E 02	33,38
JUIZ 01 E 02	26,67
ASSESSORIA	12,82
RECEPÇÃO	42,58
APOIO	10,57
ATENDIMENTO 01,02,03 E 04	24,8
SECRETARIA	39,57
NÚCLEO PSICOSSOCIAL	17,14
ESPERA	21,12
SALA DE ATIVIDADES	24,56
ATENDIMENTO 05,06,07	29,07
ACOLHIMENTO 01 E 02	44,98
SECRETARIA	40,59
DIETORIA/REUNIÃO	12,28
DEPOIMENTO	23,11
APOIO ANJO DA GUARDA	19,86
AUDIÊNCIA	25,24
JUIZ AUXILIAR	33,91
JUIZ TITULAR	25,95
ASSESSORIA	17
MULT 01,02,03,04 E 05	29,05
AUDIÊNCIA 01 E 02	24,1
PSICÓLOGO/ASSISTENTE SOCIAL/ENTREVISTA	16,2
SECRETARIA	77
ELEVADOR	16,7
APOIO ACENSORISTAS	14,6
CONCILIAÇÃO 01,02,03,04,05,06,07 E 08	84,81
CONCILIAÇÃO 11,12,13,14,15,16,17 E 18	87,21
ENTREVISTA 01,02 E 03	31,05
LUDOTERAPIA 01 E 02	11,15
COPAS	103,54
SANITÁRIOS	69,23
SANIT. MASCULINO E FEMININO	56,46
LAUDOS	45,60
ATENDIMENTO/ESPERA	55,94
REUNIÃO	8,10
CONCILIAÇÃO 19 E 20	20,46
JUIZ 03 E 04	21,90
CIRCULAÇÃO	534,56
HALL	221,25
RECEPÇÃO/ASSESSORIA CENTRAL	104,41
GABINETE	11,36
SUPERVISÃO	11,79
TERRAÇO	153,10
TOTAL	2334,77



LEGENDA

SÍMBOLO	DESCRIÇÃO
[Symbol]	EXTINTOR PORTÁTIL DE FÓ QUÍMICO PQ ABC 2-A:20-BC
[Symbol]	EXTINTOR PORTÁTIL DE ÁGUA PRESSURIZADA (H2O) - 10L / 2A
[Symbol]	TUBO DE INCÊNDIO, FØ 2 1/2", SEM COSTURA
[Symbol]	HIDRANTE DE PAREDE NO INTERIOR DO ABRIGO - #40MM, TIPO II, 2 LANCES DE MANGUEIRAS DE 15M
[Symbol]	ACIONADOR MANUAL DE BOMBA, INSTALADO A 1,20m DO PISO.
[Symbol]	AVISADOR SONORO MECÂNICO/ ELETRÔNICO, INSTALADO A 2,20m DO PISO
[Symbol]	ROTA DE FUGA - DIREÇÃO DA SAÍDA
[Symbol]	ROTA DE FUGA - DIREÇÃO A SEGUIR
[Symbol]	BLOCO AUTÔNOMO PARA ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA COM 2 LAMPADAS HALÓGENAS DE 65W, COM BATERIA DE 12V DE SOBREPOR
[Symbol]	PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
[Symbol]	REGISTRO DE RECALQUE SEM VÁLVULA DE RETENÇÃO
[Symbol]	CENTRAL DE DETECÇÃO E ALARME
[Symbol]	BATERIA DE ACUMULADORES PARA O SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME
[Symbol]	BOTOEIRA DE ACIONAMENTO MANUAL DAS BOMBAS DE INCÊNDIO, INSTALADO A 1,20m DO PISO.
[Symbol]	BOMBA DE INCÊNDIO
[Symbol]	RESERVA TÉCNICA DE INCÊNDIO
[Symbol]	BARRA ANTIPÂNICO
[Symbol]	DETECTOR ÓPTICO DE FUMAÇA ENDEREÇÁVEL.

CONTROLE DE MATERIAS DE ACABAMENTO E REVESTIMENTO - CMAR

LOCAL	MATERIAL	CLASSIFICAÇÃO
SALAS / CIRC. / WCs	PORCELANATO	CLASSE I
ESCALA PRINCIPAL	GRANITO / ALVENARIA	CLASSE I
ESCALA DE EMERGÊNCIA	ÃO	CLASSE I
PAREDES E DIVISÓRIAS		
SALAS (INTERNO)	GESSO ACARTONADO	CLASSE II-A
SALAS (EXTERNO)	ALVENARIA	CLASSE I
SALAS (FRENTE)	VIDRO TEMPERADO	CLASSE I
BANHEIROS (INTERNO)	GRANITO	CLASSE I
BANHEIROS (EXTERNO)	ALVENARIA	CLASSE I
TETO		
HALL / CIRCULAÇÃO / WCs	GESSO ACARTONADO	CLASSE II-A

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

DECLARAMOS SOB AS PENAS DA LEI, ESTAR CUMPRINDO TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA DE MANAUS, COMPROMETENDO-SE A COMPROVAR TAL AFIRMAÇÃO QUANDO DA OBTENÇÃO DO HABITE-SE, SOB AS PENAS DE NÃO OBTÊ-LO.

COMPROMETO-ME AINDA, TER CIÊNCIA QUA A APROVAÇÃO DO PROJETO E INTRODUÇÃO DAS MODIFICAÇÕES NECESSÁRIAS A SUA APROVAÇÃO, NÃO ME EXIME DAS RESPONSABILIDADES ESTABELECIDAS PELAS NORMAS, REGULAMENTOS E LEGISLAÇÃO PERTINENTE AS ATIVIDADES PROFISSIONAIS.

CONFORME ART. 1º, §1º, INCISO V E ART. 2º, §2º, LEI 858/05



PROPRIETÁRIO: **FÓRUM MIN. HENoch REIS**

NATUREZA: \_\_\_\_\_

OBRA: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: **Av. Paraiiba - São Francisco, Manaus - AM**

ASSUNTO: **PLANTA BAIXA - 5º PAVIMENTO**

ESCALA: \_\_\_\_\_ DATA: 08/2022 R.R.T.: \_\_\_\_\_

DESENHO: 01 LOTE: 00 CADASTRO: \_\_\_\_\_

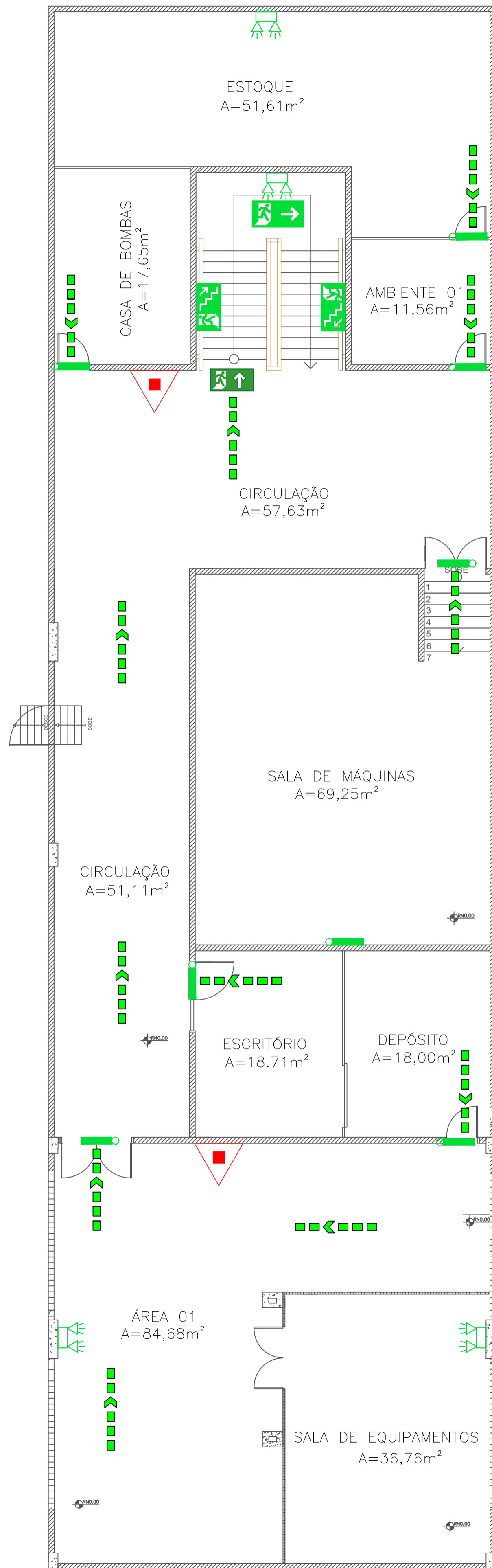
ÁREA CONSTRUIDA: 19.728,74m² REVISÃO: 00

REV	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO	APROVAÇÃO

PLANTA BAIXA - 5º PAVIMENTO  
1:150

Arquivo: H - Projeto Arquitetônico (10553) - 2023/03/01 10:52:00 - Pg. 22

LOCAL	ÁREA
ESTOQUE	51,61m <sup>2</sup>
CASA DE BOMBAS	17,65m <sup>2</sup>
DEPÓSITO RECEP.	11,56m <sup>2</sup>
LANCHES	57,63m <sup>2</sup>
SALA DE MÁQUINAS	69,25m <sup>2</sup>
ESCRITÓRIO	36,71m <sup>2</sup>
SALA DE EQUIPAMENTOS	36,76m <sup>2</sup>
ÁREA	84,68m <sup>2</sup>
CIRCULAÇÃO	51,11m <sup>2</sup>
ESCADA	21,24m <sup>2</sup>
TOTAL 6º PAVIMENTO	438,15m <sup>2</sup>



PLANTA BAIXA - 6º PAVIMENTO  
1:150

LEGENDA

SÍMBOLO	DESCRIÇÃO
	EXTINTOR PORTÁTIL DE PÓ QUÍMICO PQ ABC 2-A-20-BC
	EXTINTOR PORTÁTIL DE ÁGUA PRESSURIZADA (H2O) - 10L / 2A
	TUBO DE INCÊNDIO, FG 2 1/2", SEM COSTURA
	HIDRANTE DE PAREDE NO INTERIOR DO ABRIGO - Ø40MM, TIPO II, 2 LANCES DE MANGUEIRAS DE 15M
	ACIONADOR MANUAL DE BOMBA, INSTALADO A 1,20m DO PISO.
	AVISADOR SONORO MECÂNICO/ ELETRÔNICO, INSTALADO A 2,20m DO PISO
	ROTA DE FUGA - DIREÇÃO DA SAÍDA
	ROTA DE FUGA - DIREÇÃO A SEGUIR
	BLOCO AUTÔNOMO PARA ILUMINAÇÃO DE EMERGENCIA COM 2 LÂMPADAS HALÓGENAS DE 55W, COM BATERIA DE 12V DE SOBREPÓS
	PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGENCIA
	REGISTRO DE RECALQUE SEM VÁLVULA DE RETENÇÃO
	CENTRAL DE DETECÇÃO E ALARME
	BATERIA DE ACUMULADORES PARA O SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME
	BOTOEIRA DE ACIONAMENTO MANUAL DAS BOMBAS DE INCÊNDIO, INSTALADO A 1,20m DO PISO.
	BOMBA DE INCÊNDIO
	RESERVA TÉCNICA DE INCÊNDIO
	BARRA ANTIPÂNICO
	DETECTOR ÓPTICO DE FUMAÇA ENDEREÇÁVEL.

LOCAL	PISO	CLASSIFICAÇÃO
SALAS / CIRC. / WCs	PORCELANATO	CLASSE I
ESCADA PRINCIPAL	GRANITO / ALVENARIA	CLASSE I
ESCADA DE EMERGENCIA	AÇO	CLASSE I
PAREDES E DIVISÓRIAS		
SALAS (INTERNO)	GESSO ACARTONADO	CLASSE II-A
SALAS (EXTERNO)	ALVENARIA	CLASSE I
SALAS (FRENTE)	VIDRO TEMPERADO	CLASSE I
BANHEIROS (INTERNO)	GRANITO	CLASSE I
BANHEIROS (EXTERNO)	ALVENARIA	CLASSE I
TETO		
HALL / CIRCULAÇÃO / WCs	GESSO ACARTONADO	CLASSE II-A

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

DECLARAMOS SOB AS PENAS DA LEI, ESTAR CUMPRINDO TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA DE MANAUS, COMPROMETENDO-SE A COMPROVAR TAL AFIRMAÇÃO QUANDO DA OBTENÇÃO DO HABITE-SE. SOB AS PENAS DE NÃO OBTÊ-LO.  
COMPROMETO-ME AINDA, TER CIÊNCIA QUA A APROVAÇÃO DO PROJETO E INTRODUÇÃO DAS MODIFICAÇÕES NECESSÁRIAS A SUA APROVAÇÃO, NÃO ME EXIME DAS RESPONSABILIDADES ESTABELECIDAS PELAS NORMAS, REGULAMENTOS E LEGISLAÇÃO PERTINENTE ÀS ATIVIDADES PROFISSIONAIS.

CONFORME ART. 1º, §1º, INCISO V E ART. 2º, §2º, LEI 858/05



PROPRIETÁRIO:

**FÓRUM MIN. HENOCH REIS**

NATUREZA:

OBRA:

ENDEREÇO: Av. Paraiba - São Francisco, Manaus - AM

ASSUNTO:

PLANTA BAIXA - 6º PAVIMENTO

FOLHA N.º

ESCALA:

INDICADA DATA: 08/2022 R.R.T.:

DESENHO:

LOTE: 00 CADASTRO:

ÁREA CONSTRUIDA: 19.728,74m<sup>2</sup>

REVISÃO: 00

REV	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO	APROVAÇÃO

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS

FORMATO A1: 840x594mm



### MAPA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO		MÉDIA BRUTA	DESVIO PADRÃO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	MÉDIA AJUSTADA	VALOR GLOBAL ESTIMADO
				FORNECEDOR	RS						
1	Serviços de Engenharia Diagnóstica, englobando a realização de levantamentos, inspeções, prospecções, elaboração de Laudo Técnico e de projeto de recuperação concernentes às patologias estruturais do Fórum Ministro Henocho Reis localizado na Av. Paraíba, s/n - São Francisco, Manaus - AM, incluindo mão-de-obra, inclusive todo EPI (equipamento de proteção individual), ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários à execução dos serviços.	UND	1	FORNECEDOR 1	RS 150.000,00	RS 107.678,35	RS 42.845,09	RS 64.833,27	RS 150.523,44	RS 107.678,35	RS 107.678,35
				FORNECEDOR 3	RS 138.800,00						
				FORNECEDOR 4	RS 65.933,41						
				FORNECEDOR 5	RS 75.980,00						

OBS.: OS VALORES ESTIMADOS FORAM PROVENIENTES DE PESQUISA DE MERCADO;

FORNECEDOR 1 : MQN ENGENHARIA E SERVIÇOS TÉCNICOS CNPJ: 29.118.694/0001-47

FORNECEDOR 3: VALLER ENGENHARIA LTDA CNPJ: 24.983.536/0001-32

FORNECEDOR 4: M A MAGALHAES CORREA LTDA CNPJ: 13.537.945/0001-99

FORNECEDOR 5: CTS ENGENHARIA LTDA CNPJ: 31.085.408/0001-37

Cotado por:

Gilnara Luíza Pereira Queiroz

Seção de Compras

Thiago Lima dos Santos

Diretor da DVCOP



Documento assinado eletronicamente por **Gilnara Luíza Pereira Queiroz, Servidor**, em 12/07/2023, às 11:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO LIMA DOS SANTOS, Diretor(a)**, em 13/07/2023, às 08:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1121030** e o código CRC **8539A814**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

## CONTRATO - TJ/AM/SECOP/DVCC



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS**

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_/20\_\_-FUNJEAM

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_/20\_\_ - FUNJEAM**, que entre si celebram o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio do **FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL - FUNJEAM**, e a empresa \_\_\_\_\_, na forma abaixo.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio do **FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL - FUNJEAM**, sediado na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, à Avenida André Araújo, s/nº, Aleixo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 04.301.769/0001-09, neste ato representado por sua Presidente, Desembargadora **NÉLIA CAMINHA JORGE**, neste instrumento simplesmente denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado \_\_\_\_\_, em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, sob o nº \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, estabelecida na Cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, à \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, daqui por diante simplesmente denominada **CONTRATADA**, em consequência da licitação na modalidade \_\_\_\_\_, sob o nº \_\_\_/20\_\_-CPL/TJAM, cuja homologação foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico, Ano \_\_\_\_\_, Edição nº \_\_\_\_\_, Caderno Administrativo, em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_, à pág. \_\_\_, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Digital nº 2023/000011062-00-TJ, doravante referido apenas por **PROCESSO**, e o despacho autorizador exarado pela Excelentíssima Senhora Desembargadora Presidente do TJAM no mencionado **PROCESSO**, bem como a proposta da **CONTRATADA**, independentemente de sua transcrição, a fazer parte integrante e complementar deste Instrumento, sujeitando-se o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, na presença das testemunhas adiante nominadas, é celebrado o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_/20\_\_-FUNJEAM**, que se regerá pelas normas instituídas pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, e pelas cláusulas e condições seguintes:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1.** Constitui objeto do presente instrumento contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Engenharia Diagnóstica, englobando a realização de **levantamentos, inspeções, prospecções, elaboração de Laudo Técnico e de projeto de recuperação concernentes às patologias estruturais do Fórum Ministro Henocho Reis**, localizado na Av. Paraíba, s/n - São Francisco, Manaus - AM, incluindo mão-de-obra, inclusive todo EPI (equipamento de proteção individual), ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários à execução dos serviços, conforme as especificações constantes do Termo de Referência e Anexos, obedecendo fiel e integralmente:

- a. A todas as exigências, normas, itens, subitens, elementos e especificações constantes do Termo de Referência e seus Anexos;
- b. Aos projetos, plantas, desenhos, especificações técnicas, memorial descritivo, planilha de custos, cronogramas, detalhes e instruções aprovados pelo **CONTRATANTE**;
- c. Às normas para execução dos serviços, inclusive de segurança e de prevenção de acidentes.

**1.1.2.** Os documentos acima mencionados, aceitos e rubricados pela **CONTRATADA**, passam, juntamente com sua proposta comercial, a integrar o presente Contrato.

**1.1.3.** Estão inclusos no objeto desta contratação todo o aparato necessário à execução do objeto contratual, como o fornecimento de materiais, mão de obra, acessórios e insumos inerentes à sua execução, observando-se tipo, especificações, quantidades e condições descritas no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**2.1.** O presente Contrato decorreu da licitação na modalidade \_\_\_\_\_, sob o nº \_\_\_\_\_/20\_\_ - CPL/TJAM, e seus anexos, cuja homologação foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico, Ano \_\_\_\_, Edição nº \_\_\_\_, Caderno Administrativo, em \_\_/\_\_/20\_\_, à pág. \_\_\_\_, tendo amparo legal, integralmente, na Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações, e na Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

**3.1.** O presente Contrato rege-se por toda a legislação aplicável à espécie e ainda pelas disposições que a complementarem, alterarem ou regulamentarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes do presente Termo, especialmente às normas constantes das Leis nº 8.666/93, 10.520/02 e demais normas legais pertinentes.

**3.2.** A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

## **CLÁUSULA QUARTA – DA VINCULAÇÃO**

**4.1.** Este Contrato vincula-se ao Edital de Licitação e seus Anexos, ao Termo de Referência e seus Anexos, à Proposta Comercial da **CONTRATADA**, à Nota de Empenho e demais documentos que compõem os processos mencionados no preâmbulo que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

## **CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**5.1.** Os serviços serão prestados sob a forma de execução indireta mediante empreitada por preço global, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**6.1.** Os requisitos, especificações, unidades, quantidades e critérios técnicos inerentes aos serviços, materiais e equipamentos a serem empregados na execução do objeto da presente contratação são os descritos no Termo de Referência, **especialmente nos itens 5 e 7**, e seus Anexos, os quais são parte

integrante deste instrumento, naquilo que com este não o contrarie.

**6.2.** O serviço contratado deverá ser executado no seguinte endereço: Av. Paraíba, s/n - São Francisco, Manaus - AM.

**6.3.** O local de entrega dos serviços será no Edifício Desembargador Arnaldo Péres, situado na Av. André Araújo, S/N - Aleixo, Manaus – AM aos cuidados da Secretaria de Infraestrutura deste Poder.

**6.4.** Os serviços devem prioritariamente ser realizados dentro do horário comercial (07h00min às 17h00min), podendo ocorrer, excepcionalmente, trabalho aos finais de semana, feriados e em horário noturno. Neste caso, a **CONTRATADA** informará antecipadamente a fiscalização com no mínimo 48h (quarenta e oito horas) e deverá prever nos seus custos as despesas com possíveis horas extras e outras decorrentes para serviços que identifique a necessidade de serem realizados fora do horário normal acima estabelecido, prevendo-os no seu plano de trabalho, não podendo ser apresentada cobrança em separado dos referidos custos.

**6.5.** A aceitação do laudo por parte da Secretaria de Infraestrutura não exime a responsabilidade dos autores.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS**

**7.1.** O prazo de vigência deste Contrato será de **180 (cento e oitenta) dias**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

**7.1.1.** É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao **CONTRATANTE**, nos termos do art. 3.º da Resolução CNJ n.º 07/2005.

**7.2.** O prazo de execução será de **90 (noventa) dias, contados a partir da expedição da Ordem de Serviço** pela Secretaria de Infraestrutura do **CONTRATANTE**, podendo ser prorrogado na forma do art. 57 da Lei nº 8.666/93, observados os requisitos estabelecidos no § 1.º do mesmo artigo e diploma legal.

**7.3.** Os requisitos, especificações, unidades, quantidades e critérios técnicos inerentes aos serviços, materiais e equipamentos a serem empregados na execução do objeto da presente contratação são os descritos no Termo de Referência e seus anexos, os quais são parte integrante deste instrumento, naquilo que com este não o contrarie.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**8.1.** Compete à **CONTRATANTE**:

- a) Fornecer todo e qualquer esclarecimento para a plena execução das ações e serviços a serem executados, proporcionar todas as facilidades necessárias para que a adjudicatária possa cumprir as condições estabelecidas no Termo de Referência;
- b) Comunicar à **CONTRATADA** qualquer irregularidade constatada na execução do objeto deste termo;
- c) Efetuar os pagamentos à **CONTRATADA**, se os serviços forem entregues em conformidade com as especificações e o termo de recebimento;
- d) Notificar a **CONTRATADA**, fixando prazo para corrigir defeitos ou irregularidades verificadas na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;
- e) Ordenar à **CONTRATADA** que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;
- f) Recusar quaisquer serviços, peças, materiais ou acessórios que não satisfaçam às condições

contratuais, normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e demais legislações vigentes, ou que não atendam ao padrão de qualidade desejável estabelecido neste Termo de Referência;

**g)** Permitir acesso dos funcionários da **CONTRATADA** às suas dependências para a execução dos serviços;

**h)** Determinar à **CONTRATADA** a substituição de qualquer profissional vinculado a esta, cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse da Administração Pública;

**i)** Designar servidor para acompanhar a empresa durante a vistoria técnica, mediante verificação do credenciamento do técnico, bem como atestar o comparecimento.

**j)** Providenciar a aplicação das sanções administrativas à **CONTRATADA** quando couber em face dos termos do Contrato e das Leis Vigentes.

**k)** Observar e cumprir as demais condições e obrigações estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, não dispostas nesta cláusula.

## **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

### **9.1. Compete à CONTRATADA:**

**a)** Fornecer o laudo técnico e quaisquer outros documentos necessários rigorosamente condizentes com as normas técnicas e em quantidades especificadas neste instrumento, Termo de Referência e Anexos;

**b)** Mobilizar para execução dos serviços, o número suficiente de pessoal técnico especializado e de ferramental e equipamentos auxiliares, a fim de proporcionar a execução dos trabalhos nas periodicidades e no nível de qualidade especificado;

**c)** Emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (A.R.T.) referente à execução dos serviços, no prazo de até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, sempre antes do início da obra, inclusive A.R.T. de serviços subcontratados se necessário. Em caso de termos aditivos que alterem o prazo, o projeto, a metodologia de execução, o orçamento ou a especificação dos materiais utilizados na obra, a **CONTRATADA** deve emitir Anotação de Responsabilidade Técnica Complementar (A.R.T.C.) no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do termo aditivo;

**d)** Planejar os serviços de forma a não interferir no andamento normal das atividades desenvolvidas e em seu entorno;

**e)** Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança no local dos serviços, assegurando que seus funcionários (de seu corpo técnico ou subcontratado) utilizem todos os equipamentos obrigatórios previstos em normativo oficial que disponha sobre proteção ao trabalhador contra acidentes do trabalho, especialmente o disposto nas normas NR-6, NR-10, NR-12, NR-18 e NR-35, sem prejuízo das demais Normas Regulamentadoras aplicáveis;

**f)** Atender aos requisitos da Legislação Ambiental vigente quanto à armazenagem, emissões diversas, manuseio e descarte de resíduos que possam ser gerados quando da execução dos serviços, dando a devida destinação;

**g)** Providenciar às suas expensas, qualquer cópia de documento ou planta de arquitetura que venham a ser necessários, não só para licitação como para assinatura do Contrato e execução dos serviços;

**h)** Manter permanentemente no local da execução dos serviços equipe técnica suficiente, composta de profissionais habilitados e de capacidade comprovada que assumam perante a fiscalização, a responsabilidade técnica dos mesmos até a entrega definitiva, inclusive com poderes para deliberar sobre qualquer determinação de emergência que se torne necessária;

**i)** Fornecer as máquinas, equipamentos, ferramentas, materiais, mão de obra (inclusive com os encargos sociais), insumos, transporte e tudo mais que seja necessário para a execução, a conclusão e a

manutenção da obra, sejam eles definitivos ou temporários. Os custos relativos a esses itens deverão estar embutidos nos custos unitários dos serviços ou no BDI;

j) Não causar transtornos ao fornecimento de água, energia elétrica, telefonia, lógica, sistema de captação de esgoto e águas pluviais da vizinhança;

k) Manter todos os empregados devidamente uniformizados e com identificação apropriada;

l) Os responsáveis técnicos deverão assumir pessoal e diretamente a execução dos serviços concernentes às suas respectivas áreas profissionais, incluindo a instrução do pessoal, conferência de medidas, elaboração de documentos complementares, garantia do cumprimento das Normas Técnicas de Engenharia e de Segurança do Trabalho e das especificações técnicas do Termo de Referência, além do fiel cumprimento do prazo contratual e garantia da qualidade técnica;

m) Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços deste Contrato, sem prévia autorização da **CONTRATANTE**;

n) Comunicar à **FISCALIZAÇÃO**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

o) O laudo deverá ser elaborado e apresentado de forma precisa e completa, limpa e clara e deverão conter todos os elementos necessários para a perfeita compreensão e entendimento das soluções adotadas e técnicas utilizadas, bem como memorial da descritivo da recuperação estrutural;

p) A **CONTRATADA** deve reservar o percentual de 20% (vinte por cento) de pessoas com deficiência durante toda a contratualidade, devendo observar que quando o preenchimento do referido percentual mínimo resultar em fração, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente;

q) Refazer, sem ônus para este Tribunal, os serviços prestados que estejam em desacordo com o especificado no Contrato assinado;

r) Fornecer, em qualquer época, os esclarecimentos e as informações técnicas sobre os serviços executados quando solicitados pela Secretaria de Infraestrutura do Tribunal;

s) Assumir a inteira responsabilidade pela execução dos serviços e responder por quaisquer danos causados às dependências e aos equipamentos do Tribunal, quando evidenciada a culpa, por ação ou omissão de seus empregados ou prestadores de serviços, e ainda por deficiência ou negligência na execução das tarefas, bem como decorrentes da qualidade dos materiais empregados;

t) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

u) Apresentar, em observância às disposições do inciso XIII, do art. 55, da Lei Federal nº 8.666/93, as **informações e/ou os documentos listados abaixo**:

**u.1) Nota Fiscal/Fatura;**

**u.2) Comprovação da regularidade fiscal da CONTRATADA para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;**

**u.3) Comprovação da regularidade fiscal da CONTRATADA relativa à Seguridade Social e a o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;**

**u.4) Comprovação de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do art. 29, inciso V, da Lei nº 8.666/93, com nova redação dada pela Lei nº 12.440/2011.**

v) Manter, durante o período de vigência deste Contrato, um preposto aceito pela **CONTRATANTE**, para representação da **CONTRATADA** sempre que for necessário;

x) Não interromper ou suspender a prestação de serviços, no todo ou em parte, enquanto houver alguma pendência técnica, salvo com ordem expressa emitida pela **CONTRATANTE**;

z) Regularizar, quando notificada pela **CONTRATANTE**, sob pena de sofrer as penalidades

estabelecidas no contrato, as eventuais falhas na execução, fora das suas especificações;

**aa)** Responder por todos os danos e prejuízos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto deste contrato e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.

**bb)** Aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo **CONTRATANTE**;

**cc)** Manter, durante a vigência do Contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação inicialmente apresentadas, devendo comunicar à **CONTRATANTE**, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente instrumento;

**dd)** Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do **CONTRATANTE** ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do Contrato, devendo orientar os profissionais nesse sentido;

**ee)** A **CONTRATADA** cederá os direitos patrimoniais dos documentos produzidos, para o fim da Administração utilizá-lo a seu critério, nos termos do disposto no Art. 111 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores;

**ff)** Dotar o local da execução dos serviços dos equipamentos de proteção coletiva (EPC) necessários para resguardar a incolumidade física dos funcionários da própria empresa e dos servidores e usuários do TJAM. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho, danos ou prejuízos que tenham conexão com a execução do objeto contratado, causados ao TJAM e a terceiros;

**gg)** Fornecer previamente à equipe de fiscalização do TJAM a relação nominal de todo o pessoal envolvido diretamente na execução dos serviços contratados, para fins de registro e autorização de acesso;

**qq)** Observar as demais condições estabelecidas no Termo de Referência.

**9.2.** Qualquer atraso no cumprimento do prazo estabelecido no presente instrumento, se provocado por atos ou fatos imprevisíveis, não imputáveis à **CONTRATADA** e devidamente aceitos pela **CONTRATANTE**, somente será justificado, e não será considerado como inadimplemento contratual.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DO VALOR DO CONTRATO**

**10.1.** Pelo objeto contratual executado, a **CONTRATANTE** pagará o valor de **R\$ \_\_\_\_\_ (extenso)**, desde que atendidas pela **CONTRATADA** às exigências para a liquidação da despesa, conforme tabela abaixo:

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
01	Serviços de Engenharia Diagnóstica, englobando a realização de levantamentos, inspeções, prospecções, elaboração de Laudo Técnico e de projeto de recuperação concernentes às patologias estruturais do Fórum Ministro Henoch Reis localizado na Av. Paraíba, s/n - São Francisco, Manaus - AM, incluindo mão-de-obra, inclusive todo EPI (equipamento de proteção individual), ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários à execução dos serviços.	

**10.2.** Os preços ajustados já levam em conta todas e quaisquer despesas incidentes na prestação dos serviços

contratados, como frete, embalagens, impostos, transporte, mão-de-obra e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO**

**11.1.** As despesas com a execução do presente Contrato serão custeadas, no exercício em curso, por conta do Programa de Trabalho \_\_\_\_\_, Elemento de Despesa \_\_\_\_\_, Fonte de Recurso \_\_\_\_\_, Unidade Orçamentária \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), Nota de Empenho 20\_\_NE\_\_\_\_, de \_\_/\_\_/20\_\_, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO**

**12.1.** O pagamento será efetuado à **CONTRATADA** em parcela única, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela SEINF, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, após devidamente atestada a sua conformidade pelo fiscal designado para acompanhar a execução dos serviços contratados, e desde que cumpridos os seguintes requisitos:

a) Comprovação da **regularidade fiscal** da **CONTRATADA** para com a **Fazenda Federal, Estadual e Municipal**;

b) Comprovação da **regularidade fiscal** da **CONTRATADA** relativa à **Seguridade Social** e a o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

c) Comprovação de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos do art. 29, inciso V, da Lei nº 8.666/93, com nova redação dada pela Lei nº 12.440/2011;

d) Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a **CONTRATADA**.

**12.2.** O pagamento de que trata o subitem anterior será efetuado por meio de **Ordem Bancária Eletrônica** em conta corrente indicada na Nota Fiscal/Fatura, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

**12.2.1.** Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, a mesma deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

**12.3.** A **CONTRATADA** deverá encaminhar ao **CONTRATANTE**, a Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos documentos previstos nesta Cláusula, bem como do **relatório de serviços/medição** assinado pelo responsável técnico, bem como as certidões que comprovem sua regularidade, **requerimento de solicitação de pagamento e recibo**, a fim de que sejam adotadas as medidas inerentes ao pagamento.

**12.4.** Os documentos mencionados nesta Cláusula deverão ser apresentados perante a **Divisão de Contratos e Convênios** do **CONTRATANTE** pelo e-mail **contratos@tjam.jus.br**.

**12.5.** A Nota Fiscal/Fatura correspondente será examinada diretamente pelo Fiscal designado pelo **CONTRATANTE**, o qual somente atestará a prestação do serviço contratado e liberará a referida Nota Fiscal/Fatura para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

**12.6.** Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo Fiscal à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será interrompido e reiniciado a partir da

regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.

**12.7.** A não disponibilização das informações e/ou documentos exigidos nesta cláusula caracteriza descumprimento de cláusula contratual, sujeitando a **CONTRATADA** à aplicação de penalidade(s) prevista(s) neste contrato.

**12.8.** Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de Nota Fiscal/Fatura com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, ainda que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

**12.9.** O recebimento mensal ou definitivo não exclui as responsabilidades civis e penais da **CONTRATADA**.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

**13.1.** Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

**14.1.** O recebimento ficará a cargo do fiscal do contrato especificamente designado pela **CONTRATANTE**, a quem caberá verificar o fiel cumprimento das obrigações estabelecidas, bem como autorizar o pagamento de Notas Fiscais/Faturas e participar de todos os demais atos que se fizerem necessários ao fornecimento do material e serviços contratados, sendo assim discriminados:

- a) **Provisoriamente**, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita pela **CONTRATADA** de que o objeto contratado foi concluído. A conclusão do objeto contratado é definida como a execução total de todos os serviços e a entrega de todos os materiais definidos nas especificações técnicas e projetos ou plantas, apresentando-se o objeto contratado pronto para uso pelo TJAM;
- b) **Definitivamente**, em prazo a ser estipulado, em razão da complexidade da execução dos serviços, não sendo inferior a 03 (três) dias, nem superior a 90 (noventa) dias, contados da data do Recebimento Provisório, mediante termo circunstanciado, após verificação das quantidades e especificações do objeto do serviço.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA**

**15.1.** Para a execução do presente Contrato não será exigida prestação de garantia.

**15.2.** A garantia prevista no item anterior é a estabelecida no artigo 56 da Lei n. 8.666/93 e não se confunde com a garantia dos serviços realizados que será de 01 (um) ano contado do Recebimento Definitivo do objeto, conforme item 22.1 do Termo de Referência.

**15.2.1** No prazo de garantia estipulado, a **CONTRATADA** estará obrigada a refazer os serviços que apresentarem defeitos ou estiverem em desacordo com o estabelecido nas especificações técnicas deste Termo de Referência, às suas expensas, sem ônus para a **CONTRATANTE**;

**15.2.2** As medidas corretivas que venham a se fazer necessárias durante o prazo de garantia estipulado no item anterior deverão ser executadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do primeiro dia útil subsequente àquele do recebimento da notificação expedida pela **CONTRATANTE**.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO**

**16.1.** A Fiscalização da execução dos serviços caberá a **CONTRATANTE**, através de seus representantes, incumbindo-lhes, conseqüentemente, a prática de todos os atos próprios ao exercício desse *mister*, definidos no Edital de Licitação e seus anexos, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas neste Contrato e na legislação em vigor.

**16.2.** Ficam reservados à Fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissivo, não previstos neste Contrato, no Edital de Licitação e seus anexos, e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacione direta ou indiretamente, com os serviços em questão, podendo determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**16.3.** A **CONTRATADA** declara antecipadamente aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela Fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho das suas atividades.

**16.4.** A **CONTRATANTE** designará servidor(es) para acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, que registrará(ão) em relatório todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, estabelecendo prazo para a regularização das falhas ou defeitos observados.

**16.5.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do Contrato serão submetidas à apreciação da autoridade competente da **CONTRATANTE**, para adoção das medidas cabíveis, consoante disposto no art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

**16.6.** Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

**16.7.** É direito da fiscalização rejeitar quaisquer serviços quando entender que a sua execução está fora dos padrões técnicos e de qualidade definidos no Termo de Referência e neste Contrato.

**16.8.** Compete, ainda, especificamente à Fiscalização:

- a) Rejeitar no todo ou em parte qualquer material de má qualidade ou não especificado, e estipular o prazo para sua retirada do local da prestação dos serviços;
- b) Exigir a substituição de técnico que não responda técnica e disciplinarmente às necessidades dos serviços, sem prejuízo do cumprimento dos prazos e condições contratuais;
- c) Decidir quanto à aceitação de material “similar” ao especificado, sempre, que ocorrer motivo de força maior;
- d) Indicar à **CONTRATADA**, todos os elementos indispensáveis ao início dos serviços, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço;
- e) Esclarecer prontamente as dúvidas que lhes sejam apresentadas pela **CONTRATADA**;
- f) Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a **CONTRATADA**;
- g) Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;
- h) Dar a **CONTRATANTE** imediata ciência dos fatos que possam levar a aplicação de penalidades contra a **CONTRATADA** ou mesmo rescisão de contrato;
- i) Relatar oportunamente ao **CONTRATANTE** ocorrência ou circunstâncias que possam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços em relação a terceiros.

**16.9.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e

prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA COMUNICAÇÃO REGULAR ENTRE AS PARTES**

**17.1.** No decorrer da vigência deste Instrumento não serão levadas em consideração as comunicações verbais entre as partes, ressalvadas as recomendações mais simples ou aquelas de urgência ou emergência.

**17.2.** Ressalvado o disposto no subitem anterior, todas as comunicações entre as partes, que digam respeito à execução deste Contrato, além daquelas pertinentes ao “Diário de Ocorrências”, serão consideradas como suficientes, se feitas por escrito e entregue no Protocolo Administrativo da **CONTRATANTE** e ou da **CONTRATADA**, ou por qualquer outro meio que comprove o recebimento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS OUTRAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**18.1.** A **CONTRATADA** é obrigada a adotar todas as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos, inclusive as que possam afetar os serviços a cargo de concessionários.

**18.2.** A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS OUTRAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**19.1.** A **CONTRATADA** é única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados direta ou indiretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços, objeto deste Contrato, e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus sucessores.

**19.2.** A **CONTRATADA** é também responsável por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitária, previdenciária que resultem ou venham a resultar da execução deste Contrato, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), inclusive iluminação, despesas com instalações e equipamentos necessários aos serviços, e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessários à completa realização dos serviços e sua entrega perfeitamente concluída.

**19.3.** A **CONTRATADA** é única e exclusiva responsável pela guarda, defesa e vigilância dos materiais, das máquinas e dos equipamentos a serem instalados e empregados no local da prestação dos serviços e se obriga, outrossim, a afastar qualquer empregado ou funcionário seu, cuja presença, a juízo da Fiscalização, seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos serviços.

**19.4.** A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas no subitem 19.2, não transfere a **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato ou restringir a regularização e a fruição dos serviços.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS**

**20.1.** Os serviços a que se refere o presente Contrato serão executados sob a direção e responsabilidade

técnica do Sr. \_\_\_\_\_, portador do Registro Geral nº \_\_\_\_\_ SSP/AM, inscrito no (respectivo conselho) sob nº \_\_\_\_\_ e no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_.\_\_\_\_-\_\_\_\_, residente à (endereço completo), o qual assina também o presente Contrato e fica autorizado a representar a **CONTRATADA** em suas relações com o **CONTRATANTE**, em matéria de serviço.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA VISITA AO LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**21.1.** A **CONTRATADA** declara conhecer as condições locais para a execução do objeto deste pacto e que se inteirou acerca dos aspectos operacionais e administrativos, bem como das condições que influirão na execução dos mesmos, não lhe ocorrendo dúvida quanto às implicações relacionadas com os trabalhos que se desenvolverão no referido local (artigo 18 da Resolução CNJ n. 114).

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES**

**22.1.** Com fundamento no art. 7º, da Lei nº 10.520/2002 e nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração da **CONTRATANTE**, de inexecução parcial ou de inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

**a)** Advertência por escrito;

**b)** Multa de:

**b.1)** 0,5% (cinco décimos por cento), calculado sobre o valor mensal do Contrato, nos casos em que a **CONTRATADA**:

**b.1.1)** permitir a presença no local da prestação dos serviços, mal apresentado, com roupa suja ou sem portar o crachá e/ou uniforme. Aplicada por profissional e por ocorrência;

**b.1.2)** não substituir o profissional que apresente conduta inconveniente. Aplicada por profissional e por dia, limitada a incidência a 05 (cinco) dias.

**b.2)** 1,0% (um por cento) calculado sobre o valor mensal do Contrato, nos casos em que a **CONTRATADA**:

**b.2.1)** recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização. Aplicada por dia, limitada a incidência a 05 (cinco) dias;

**b.2.2)** deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador. Aplicada por dia, limitada a incidência a 05 (cinco) dias;

**b.3)** 2,0% (dois por cento) ao dia sobre o valor mensal do Contrato, no caso de atraso injustificado para atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração da **CONTRATANTE** para apresentação de documentos. Aplicada por dia, limitada a incidência a 05 (cinco) dias;

**b.4)** 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor mensal do Contrato, no caso de permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências do **CONTRATANTE**. Aplicada por ocorrência;

**b.5)** 5,0% (cinco por cento) calculado sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida, restando também configurada esta hipótese, no caso de atraso por período superior ao previsto nas alíneas “b.1”, “b.2” e “b.3”;

**b.6)** 5,0% (cinco por cento) calculado sobre o valor global do Contrato, no caso de suspensão ou interrupção dos serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito. Aplicada por dia, limitada a incidência a 10 (dez) dias;

**b.7)** 10% (dez por cento) calculado sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução total da obrigação assumida, restando configurada esta hipótese, no caso de atraso na execução do objeto contratual por período superior ao previsto na alínea “b.6”;

**b.8)** 1% (um por cento) por ocorrência não prevista nos itens referentes as multas acima mencionadas, calculado sobre o valor global do Contrato, caso não sejam cumpridas quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus Anexos.

**c)** Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Justiça do Amazonas, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

**d)** Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, mediante descredenciamento no SICAF e no sistema de cadastramento de fornecedores da **CONTRATANTE**, quando for o caso, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais, restando configurada esta hipótese quando a empresa licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, ou a **CONTRATADA** ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

**e)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**22.2.** As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" e "e" do parágrafo anterior poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, às penas previstas na alínea "b".

**22.3.** O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** ou cobrado judicialmente.

**22.4.** Todas as sanções serão registradas no SICAF, e sua aplicação deverá ser precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para a **CONTRATADA**, na forma da lei.

**22.5.** Excepcionalmente, *ad cautelam*, o **CONTRATANTE** poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo. Nesta hipótese, instaurará o procedimento em até 30 (trinta) dias contados da retenção.

**22.6.** Os instrumentos de defesa prévia e de recursos eventualmente interpostos pela **CONTRATADA** deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Os referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais ou em versões autenticadas por servidores da Administração, mediante prévio recolhimento das despesas em caso de requisição de cópias, sob pena de, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**, não serem avaliados.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**23.1.** O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

**23.2.** Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78, da Lei nº 8.666/93, constituem motivos para a rescisão deste Contrato:

**I.** Atraso injustificado na execução dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;

**II.** O cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do **CONTRATANTE**.

**23.3.** Ao **CONTRATANTE** é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do artigo 80, do mesmo diploma legal.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**24.1.** O presente Contrato não poderá ser objeto de subcontratação total ou parcial, ficando a **CONTRATADA** inteiramente responsável pelo cumprimento das obrigações, bem como dos requisitos técnicos e legais pertinentes.

---

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA OBSERVÂNCIA À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

---

**25.1.** É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**25.2.** As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

**25.3.** As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

**25.4.** A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **CONTRATANTE**.

**25.5.** A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar ao **CONTRATANTE** em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE**

**26.1.** Incumbirá a **CONTRATANTE** a publicação do extrato deste Contrato no Diário da Justiça Eletrônico, conforme dispõe o art. 61, parágrafo único da Lei n.º 8.666/93 e de acordo com o que autoriza o art. 4º, da Lei n.º 11.419, de 19 de dezembro de 2006.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA DOCUMENTAÇÃO**

**27.1.** A **CONTRATADA** e seus representantes legais apresentaram neste ato os documentos comprobatórios das condições jurídico-pessoais indispensáveis à lavratura do presente termo, inclusive quitações de impostos federais, estaduais e municipais, bem como o Certificado de Regularidade dos órgãos previdenciários públicos, a que estiver vinculado.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA CLÁUSULA ESSENCIAL**

**28.1.** Constitui, também, cláusula essencial do presente Contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de exceção de inadimplemento, como fundamento para a unilateral interrupção da prestação dos serviços.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DO FORO DO CONTRATO**

**29.1.** Obriga-se a **CONTRATADA**, por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento de todas as cláusulas e

condições do presente Contrato e elege seu domicílio contratual, o da Comarca de Manaus, capital do Estado do Amazonas, para dirimir eventuais dúvidas originadas pelo presente Termo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem às partes justas e acordadas, lavram e assinam este Contrato, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que se produzam seus efeitos jurídicos.

Manaus/AM, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

*Documento assinado eletronicamente*  
Desembargadora **NÉLIA CAMINHA JORGE**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas  
**CONTRATANTE**

*Documento assinado eletronicamente*  
**Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX**  
Representante legal pela empresa XXXXXXXXXXXXXXXX  
**CONTRATADA**

Responsável Técnico  
Sr. \_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS: <b>Nome:</b> _____ C. I.: _____	<b>Nome:</b> _____ C. I.: _____
---	---------------------------------------



Documento assinado eletronicamente por **Marlucia Araujo dos Santos, Diretor(a)**, em 12/08/2023, às 16:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1164611** e o código CRC **2FEE0302**.